



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo



Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Matérias Relevantes de Auditoria - Análise dos seus determinantes no contexto português

Ruben Marcos Gonçalves Brito

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo para
obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientadora: Prof. Doutora Marta Guerreiro

Viana do Castelo, março 2021



Matérias Relevantes de Auditoria - Análise dos seus determinantes no contexto português

Ruben Marcos Gonçalves Brito

Orientadora: Prof. Doutora Marta Guerreiro

Viana do Castelo, março 2021

Resumo

O crescente escrutínio sobre o trabalho do auditor e a pressão da sociedade para que haja maior transparência sobre o processo de auditoria conduziram à alteração da regulamentação da auditoria. Neste contexto, foi emitida a *International Standard on Auditing (ISA) 701 – Comunicar matérias relevantes de auditoria no relatório do auditor independente*.

Esta norma, que vigora em Portugal desde 2016, criou uma secção específica dentro da Certificação Legal de Contas onde os auditores devem expor os assuntos mais sensíveis de auditoria, bem como a forma como foram tratados. A medida tem o objetivo de criar mais transparência na relação empresa-auditor-*stakeholder* e, simultaneamente, aumentar a quantidade de informação disponível sobre a empresa.

A presente dissertação tem o objetivo de estudar a implementação desta norma e perceber os fatores explicativos do número de matérias relevantes de auditoria (MRA) que são divulgadas pelos auditores e qual a relação entre a rotação do auditor e o as MRA divulgadas.

Os resultados obtidos evidenciam que o tema das imparidades de ativos é o mais recorrente entre as MRA divulgadas, e que quando ocorre rotação do auditor existe uma variação no número e nas categorias das MRA divulgadas. Concluímos também que o número de MRA aumenta com a dimensão da empresa e que as empresas que não pertencem ao setor dos serviços ao consumidor, e que pertencem ao PSI-20, são as que apresentam maior número de MRA divulgadas. Constatámos, ainda, que existem diferenças ao nível das *Big-Four*, mais especificamente que as empresas auditadas pela EY têm menos MRA divulgadas.

Palavras-chave: ISA 701; Matérias Relevantes de Auditoria; Rotação do Auditor; Relatório Auditoria

Abstract

The growing scrutiny on auditor's performance and the pressure from society for more transparency conducted to several changes in audit regulation. Consequently, the *International Standard on Auditing (ISA) 701 – Communicating key audit matters in the independent audit report* was issued.

This standard, which is in force in Portugal since 2016, creates a specific section in the audit report where the auditors should describe the main topics addressed during the audit process and how that same topics were handled. The main purpose of this standards is to improve the transparency in the relation between the company-auditor-*stakeholders* and increase the amount of information available that can characterize the company and its financial information.

This dissertation seeks to analyze the implementation of this standard, to understand the factors that can explain the number of key audit matters (KAM) that is reported by the auditors and to access the relation between the auditor rotation and the key audit matters disclosed.

The results reveal that the impairment of assets is the most frequent KAM reported and that when the auditor rotation occurs there is a variation in the number and category of the KAM disclosed. We found that the number of KAM increase with the size of the company, and that the companies that do not belong to the consumer service sector and belong to the PSI-20 index are the ones that have more KAM. We also found differences among the Big-Four audit companies, more precisely that companies audited by the EY have less KAM reported.

Key words: ISA 701; Key Audit Matters; Auditors Rotation; Audit Report.

Abreviaturas

ACP – Análise de Componentes Principais

CAM – Critic Audit Matters

CLC – Certificação Legal de Contas

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

FRC – Financial Reporting Council

GAT – Guia de Aplicação Técnica

IAASB – International Audit and Assurance Standards Board

IAPC - International Auditing Practices Committee

IFAC – International Federation of Accountants

ISA – International Standards on Auditing

MRA – Matérias Relevantes de Auditoria

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board

PIOB - Public Interest Oversight Board

PWC - PricewaterhouseCoopers

ROC – Revisor Oficial de Contas

SOX – Sarbanes-Oxley Act

UE – União Europeia

Índice

Resumo	III
Abstract	IV
Abreviaturas	V
Introdução	- 1 -
Capítulo I - Revisão de Literatura	- 3 -
1.1 Enquadramento Histórico	- 3 -
1.2 O caso Enron e a sua relação com a Arthur Andersen	- 4 -
1.3 A Lei Sabarnes-Oxley	- 5 -
1.4 Independência do auditor	- 6 -
1.5 Rotação do Auditor	- 7 -
1.6 Matérias Relevantes de Auditoria	- 8 -
1.6.1 Como aplicar as Matérias Relevantes de Auditoria	- 10 -
1.6.2 Número e tipologia das Matérias Relevantes de Auditoria	- 11 -
1.6.3 Categorias de Matérias Relevantes de Auditoria	- 12 -
1.7 Relação Auditor-Empresa-Stakeholders	- 13 -
1.8 Implementação da ISA 701 em Portugal	- 14 -
1.9 Estudos sobre a implementação da ISA 701	- 14 -
Capítulo II - Metodologia	- 19 -
2.1 Hipóteses do estudo e recolha de dados	- 19 -
2.1.1 Questões de investigação e hipóteses do estudo	- 19 -
2.1.2 O Universo e a Amostra	- 22 -
2.2 Modelo empírico	- 23 -
2.2.1 Definição de variáveis	- 23 -
2.2.2 Categorização das Matérias Relevantes de Auditoria	- 27 -
2.2.3 Definição do modelo	- 28 -
Capítulo III – Estudo Empírico	- 29 -
3.1 Análise descritiva	- 29 -
3.1.1 Setor	- 29 -
3.1.2 PSI-20	- 31 -
3.1.3 Sociedades Revisoras	- 32 -
3.1.4 Matérias Relevantes de Auditoria	- 35 -
3.2 Análise da Alteração do Auditor	- 36 -
3.2.1 Análise da relação entre a alteração do número de MRA e a alteração da SROC	- 37 -

3.2.2 Análise da relação entre a alteração da composição das MRA e a alteração da SROC	- 39 -
3.3 Análise do número de Matérias Relevantes Auditoria	- 41 -
3.3.1 Análise Bivariada	- 41 -
3.3.1.1 Análise de Outliers da Amostra	- 41 -
3.3.2 Análise Multivariada	- 48 -
3.3.3 Súmula dos resultados	- 54 -
Conclusão	- 55 -
Bibliografia	- 58 -

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Resumo de Estudos de Caso.....	- 18 -
Tabela 2 - Empresas da Amostra.....	- 22 -
Tabela 3 - Correlação das variáveis da ACP.....	- 25 -
Tabela 4 - Teste de KMO e Barlett.....	- 25 -
Tabela 5 - Explicação da Variância total.....	- 25 -
Tabela 6 - Matriz de Componentes.....	- 26 -
Tabela 7 - Nº de MRA divulgados por setor.....	- 29 -
Tabela 8 - Nº de MRA divulgados por empresas cotadas no PSI-20.....	- 31 -
Tabela 9 - Nº de MRA divulgados por SROC.....	- 32 -
Tabela 10 - Big-Four vs. Não Big-Four.....	- 33 -
Tabela 11 - MRA divulgada por SROC.....	- 34 -
Tabela 12 - Nº de MRA divulgadas por categoria.....	- 35 -
Tabela 13 - MRA com a categoria Imparidade.....	- 36 -
Tabela 14 - Qui-Quadrado ANMRA com ASROC.....	- 38 -
Tabela 15 - Medidas de Simetria - valor de FI.....	- 38 -
Tabela 16 - Tabela cruzada Alteração NMRA e Alteração SROC.....	- 39 -
Tabela 17 - Qui-Quadrado ACMRA com ASROC.....	- 40 -
Tabela 18 - Medidas de Simetria - valor de FI.....	- 40 -
Tabela 19 - Tabela cruzada Alteração CMRA e Alteração SROC.....	- 40 -
Tabela 20 - Correlação entre NMRA e REND.....	- 44 -
Tabela 21 - Correlação entre NMRA e ENDV.....	- 44 -
Tabela 22 - Correlação entre NMRA e DIM.....	- 45 -
Tabela 23 - Composição da variável dependente NMRA.....	- 45 -
Tabela 24 - Teste Qui-Quadrado MRA e PPSI20.....	- 46 -
Tabela 25 - Medidas direcionais NMRA e PPSI20.....	- 46 -
Tabela 26 - Tabela Cruzada NMRA e PPSI20.....	- 46 -
Tabela 27 - Teste Qui-Quadrado NMRA e SetorIND.....	- 47 -
Tabela 28 - Teste Qui-Quadrado NMRA e SetorSC.....	- 47 -
Tabela 29 - Teste Qui-Quadrado NMRA e SROCB4.....	- 48 -
Tabela 30 - Resumo do Modelo.....	- 49 -
Tabela 31 - Coeficientes.....	- 50 -
Tabela 32 - Normalidade da Distribuição dos resíduos.....	- 50 -
Tabela 33 - Resultados do modelo com heterocedasticidade corrigida através da estimação da matriz de White.....	- 52 -
Tabela 34 - Durbin Watson teste.....	- 53 -
Tabela 35 - Teste de Multicolinearidade.....	- 53 -

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição de MRA por setor	- 30 -
Gráfico 2 - Distribuição de MRA por PSI-20	- 32 -
Gráfico 3 - MRA por SROC	- 34 -
Gráfico 4 - Outliers na variável REND.....	- 42 -
Gráfico 5 - Outliers variável ENDV.....	- 42 -
Gráfico 6 - Outliers variável DIM.....	- 42 -
Gráfico 7 - Multivariate Outlier	- 43 -
Gráfico 8 - Regressão resíduos padronizados	- 51 -
Gráfico 9 - Probabilidade cumulativa dos resíduos esperados com os resíduos observados	- 51 -
Gráfico 10 - Distribuição do valor dos resíduos face aos valores preditos	- 52 -

Introdução

A auditoria é um fator de extrema importância para certas empresas na medida em que contribui para que os *stakeholders* ganhem a confiança necessária para tomar decisões e confiar na informação divulgada nas demonstrações financeiras.

Todavia, os sucessivos escândalos que envolveram empresas de auditoria nas últimas décadas prejudicaram significativamente a sua credibilidade. Consequentemente, surgiu a necessidade de haver alterações na regulamentação que reconquistasse a confiança na auditoria. Uma das medidas implementadas consistiu na publicação da ISA 701 – *Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente*.

As matérias relevantes de auditoria (MRA) são informações divulgadas na Certificação Legal de Contas (CLC) que discriminam aqueles assuntos que foram mais intensivamente e detalhadamente analisados pelos auditores. Assim sendo, a ISA 701 prevê que passe a haver uma secção adicional nas CLC onde podem estar discriminadas questões que tiveram maior relevância durante a auditoria, bem como os métodos adotados pelo auditor para as abordar. O principal objetivo é criar mais informação para que o utilizador da mesma possa conhecer mais pormenorizadamente a empresa e a forma como a auditoria foi desempenhada. Esta norma foi implementada em Portugal em 2016.

Este estudo tem como objetivo analisar as MRA divulgadas pelas empresas com títulos cotados na *Euronext Lisbon* e o que explica o seu número e alteração ao longo do tempo. Mais precisamente, pretende-se identificar quais as MRA incluídas nas CLC dos últimos três anos das empresas cotada, perceber se a alteração da empresa de auditoria conduz à alteração das MRA divulgadas e os fatores explicativos das MRA divulgadas.

Para isso, segmentamos esta dissertação em três capítulos, sendo eles a revisão de literatura; a metodologia; e a análise de dados com discussão de resultados.

O primeiro capítulo, focado na revisão de literatura, pretende fazer um enquadramento do percurso da auditoria. Desta feita, iremos começar por abordar o caso da Enron, as suas implicações na regulamentação da auditoria, a Sarbanes Oxley Act (SOX), a independência e rotação do auditor, entre outros temas que permitem contextualizar a regulamentação recente do setor da auditoria. Posteriormente, abordamos o tema das MRA com uma análise da medida em si, quais as suas implicações para o auditor e como decorreu a sua implementação nos primeiros anos. Para terminar o primeiro capítulo, efetuamos uma análise de estudos que investigaram a adoção da ISA 701 em vários países.

No segundo capítulo, referente à metodologia, definimos as questões de investigação, bem como as hipóteses do estudo, as variáveis do estudo e os métodos utilizados, tanto para recolher como para trabalhar os dados e obter resultados. Ainda neste capítulo caracterizamos a amostra das empresas em estudo.

No terceiro capítulo apresentamos as análises estatísticas realizadas e os seus resultados, nomeadamente da análise descritiva das MRA divulgadas, da análise de associação e de correlação entre variáveis e da análise multivariada no seguimento das hipóteses definidas.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões da dissertação, as suas limitações e pistas para futuras investigações nesta área.

Capítulo I - Revisão de Literatura

A ISA 701 é uma medida recente que visa melhorar o relatório de auditoria para o seu utilizador, bem como restabelecer a imagem do auditor após certos acontecimentos que marcaram a história recente da auditoria.

Deste modo, a revisão de literatura aborda o contexto histórico em que surgiu a ISA 701, as suas implicações para o processo de auditoria e os estudos que investigaram este tema nos últimos anos.

1.1 Enquadramento Histórico

A auditoria tem um papel crucial na credibilização dos mercados financeiros e, consequentemente, na dinamização da economia global (Peixoto, 2018).

A origem da auditoria é um pouco incerta, apesar de podermos detetar a sua presença em antigas civilizações Chinesas, Egípcias e Gregas (Alves, 2015). Contudo a sua utilização era ligeiramente diferente de como é hoje conhecida. Nos seus primórdios, a auditoria era utilizada como ferramenta para detetar fraude e responsabilizar os culpados (Alves, 2015). Utilizada maioritariamente nos sistemas monárquicos, foi através da revolução industrial que a auditoria começou a ser aplicada em contexto empresarial.

Após a grande depressão de 1929, nos Estados Unidos da América, os mercados começaram a crescer novamente e consecutivamente, novos investidores ganhavam confiança no estado da economia. Desse crescimento, e na tentativa de evitar um colapso bolsista, surgiu a necessidade de assegurar ao investidor a fiabilidade financeira de uma determinada empresa e dos seus resultados financeiros. Dessa necessidade surgiu a alteração de um sistema que se preocupava exclusivamente em encontrar fraude, para um sistema que se preocupa em demonstrar a segurança e fiabilidade de um relatório financeiro (Alves, 2015).

Assim, a evolução da auditoria foi motivada pelo forte crescimento empresarial e pela incapacidade de os *stakeholders* garantirem autonomamente a fiabilidade de um investimento (Heliodoro, 2014). A lacuna da avaliação fidedigna por parte dos *stakeholders* devia-se à ausência de normas globais reguladoras da atividade e da iliteracia económico-financeira dos investidores que possuíam poder monetário, mas baixo nível educacional (Areifane & Dogan, 2017; Rodrigues, 2017).

Em paralelo, a necessidade da contabilidade e de regulamentação da mesma evoluiu ao longo do século XX, até que em meados de 1977 surgiu a *International Federation of Accountants*

(IFAC). A principal função da IFAC é regular a atividade contabilística através de um sistema normativo internacional.¹

No ano seguinte, surgiu o *International Auditing Practices Committee* (IAPC), entretanto renomeado para *International Auditing and Assurance Standards Boards* (IAASB). É através do IAASB que a IFAC regula a atividade de auditoria com a emissão das ISA, que são normas reguladoras da atividade de auditoria a nível mundial. As duas organizações, IFAC e IAASB, são supervisionadas pelo *Public Interest Oversight Board* (PIOB), que é uma entidade que procura assegurar que as normas emitidas são de interesse público e possuidoras de ética.

Estes organismos transformaram a auditoria para os modelos que conhecemos hoje. Podemos definir a função da auditoria moderna como uma atividade realizada por terceiros com pretensões de atestar a credibilidade do relato financeiro, dos dados resultantes das operações, do uso económico e eficiente dos recursos, e da conformidade com as leis e os regulamentos locais e globais (Alves, 2015).

De seguida abordamos o escândalo financeiro da Enron dada a sua importância para a mudança da regulamentação da auditoria e do tema em análise.

1.2 O caso Enron e a sua relação com a Arthur Andersen

A Enron Corporation era uma empresa cotada na bolsa de Nova Iorque que fez os seus acionistas perderem mais de \$11 mil milhões com uma descida de \$90 por ação, para menos de \$1 por ação (Li, 2010). Este foi um escândalo mundial que conduziu à falência de uma empresa de auditoria no processo e teve consequências profundas na regulamentação da auditoria.

A Enron Corporation começou a sua atividade em 1985 com a fusão de duas empresas: Houston Natural Gas e InterNorth. Com mais de 21 mil trabalhadores, a empresa dedicava-se à comercialização de gás natural e eletricidade, e ainda de *commodities* de energia, os quais renderam \$101 mil milhões no ano 2000 (Cunnigham & Harris, 2006).

Os problemas da Enron começaram após uma tentativa de expansão mal sucedida que foi sucessivamente escondida com esquemas contabilísticos (Healy & Palepu, 2003), a qual foi agravada com erros de gestão, e fraudes financeiras e comerciais ao longo dos anos.

As consequências das fraudes cometidas pela Enron tiveram um impacto global, não só ao nível financeiro, mas também na confiança dos *stakeholders* nos relatórios financeiros e, principalmente, no papel da auditoria e do auditor.

A sociedade auditora que efetuava a auditoria financeira à Enron era a Arthur Andersen, uma empresa com um longo historial e reconhecimento, conhecida como uma das “*Big-Five*”.

¹ Portugal é representado na IFAC pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas (OROC) e pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Apesar de ter uma boa diversidade na carteira de clientes, a Arthur Andersen tinha dois que mereciam destaque: a WorldCom e a Enron.

O início do conflito surgiu quando a sociedade Arthur Andersen aceitou prestar serviços de consultoria e auditoria em simultâneo à Enron (Cunnigham & Harris, 2006). Segundo Healy e Palepu (2003), enquanto o serviço de consultoria rendia \$27 milhões à Arthur Andersen, o serviço de auditoria totalizava \$25 milhões. A elevada quantia dos serviços de consultoria retirou independência aos auditores. Cunnigham e Harris (2006) e Healy e Palepu (2003) apontam que a Arthur Anderson decidiu ignorar os problemas contabilísticos presentes nas contas das Enron, como por exemplo, controlos internos inadequados e passivos contingentes não divulgados, além da falta de verificação de *cash-flow* e dívida vencida. Contudo, a Arthur Anderson classificava os erros como imateriais (Cunnigham & Harris, 2006).

A Enron declarou falência em 2001, prejudicando milhares de accionistas, entre os quais os seus próprios trabalhadores. Este caso fez com que as empresas de auditoria começassem a ser questionadas sobre a sua responsabilidade.

O agravamento da situação aconteceu em 2002, quando a Arthur Enderson admitiu ter destruído documentos incriminatórios da atividade da Enron, e do seu próprio envolvimento. Após esta divulgação, o mercado reagiu negativamente, sendo que os clientes da sociedade auditora em questão também foram significativamente penalizados com uma descida superior a 2,3% na S&P 1500 (Li, 2020).

Sem alternativa, a Arthur Enderson acabou por cessar a sua atividade em 2002, ficando associada a um exemplo das consequências nefastas que o incumprimento da responsabilidade e do dever de independência do auditor podem provocar nos mercados.

1.3 A Lei Sabarnes-Oxley

Após a queda da Enron, a confiança dos investidores nas empresas e nos pareceres de auditoria reduziu. Além disso, outros grandes escândalos como o da WorldCom, da Tyco International, Health South, Parmalat, entre outros, reforçaram a preocupação dos mercados face à regulamentação da auditoria, pressionando no sentido da mudança (Melo, 2014).

A Lei Sabarnes-Oxley, publicada em 2002, centra-se nos procedimentos e métodos de administração por parte dos órgãos de gestão para as empresas cotadas (Pires, 2008), nomeadamente na informação relacionada com resultados e relatórios divulgados.

Segundo Coates (2007), o maior ato da Lei SOX consistiu na criação de uma entidade nomeada *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), que tinha como principal objetivo supervisionar e garantir a independência e o rigor da informação relatada das empresas com títulos cotados, com a finalidade de proteger os investidores. Algumas das medidas criadas por esta lei são a rotação de auditor, relações entre auditor-cliente, serviços

prestados por sociedades auditoras que não sejam relacionados com auditoria, matérias de auditoria relevantes, entre outras.

Pires (2008) sumariza os objetivos da lei SOX:

- Melhor qualidade da informação;
- Maior responsabilidade de gestão das empresa e órgãos responsáveis;
- Incremento do sentido de ética;
- Aumentar e melhorar os meios de controlo e de supervisão;
- Agravamento do regime de sanções por infração/incumprimento;
- Foco na independência do auditor.

A medidas implementadas pela lei SOX permitiu revitalizar os mercados e a confiança destes na auditoria. Isto porque os meios de controlo interno foram reforçados pelas medidas criadas e adotadas pela maioria das empresas (Almeida, 2014). O sucesso extrapolou fronteiras e, atualmente, outras empresas fora do continente norte-americano adotaram as medidas estipuladas. Contudo, o autor aponta que o elevado custo de implementação da lei SOX prejudica a dualidade custo-benefício, sendo por isso um entrave para muita empresas que ainda não adotaram as práticas estipuladas.

1.4 Independência do auditor

Durante as últimas décadas os auditores têm vindo a ser alvo de diversas controvérsias que comprometem a sua imparcialidade e a sua capacidade de detetar erros e fraudes (Cordos & Fülöp, 2015).

Segundo o *IESBA* (2013), o auditor deve ter um conjunto de princípios éticos, sobre os quais vai suportar a suas competências e tomada de decisão. Sendo eles:

- Integridade;
- Objetividade;
- Competência;
- Confidencialidade;
- Comportamento profissional.

Aliado a isso, um conceito muito importante no âmbito da auditoria é a independência. Esta ideia defende que o auditor deve ser capaz de fazer o seu trabalho de avaliação e revisão sem ser suscetível de ceder a pressão de terceiros, ou interesses pessoais, e ainda impulsionar a confiança dos investidores (Heliodoro, 2014). Este conceito assume a maior relevância na ISA 200 - *Objetivos gerais do auditor independente e a condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria*.

Também os Estatutos da OROC, publicados pelo Decreto-lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, referem em vários artigos o dever de independência do auditor, nomeadamente:

- artigo 49.º - Modalidades - onde é exposto que o auditor desempenha as suas funções num regime de total independência funcional e hierárquica relativamente à empresa a que presta serviços;
- artigo 59.º - Honorários – os honorários dos ROC nunca podem pôr em causa a sua independência profissional e a qualidade do seu trabalho, nem ser influenciados ou determinados pela prestação de serviços adicionais à entidade;
- o artigo 71.º - Dever de independência – os ROC e SROC devem de ser independentes relativamente à entidade auditada, não devendo participar na tomada de decisões dessa entidade. O mesmo artigo ainda aponta que os ROC têm de tomar medidas adequadas para garantir que a independência não é afetada por conflito de interesses e relações comerciais, não podendo, inclusive, realizar auditoria caso existam interesses próprios ou familiaridade na empresa auditada. O ponto 6 do artigo 71.º esclarece que os auditores devem registar nas folhas de auditoria todos os fatores sensíveis de comprometer a sua independência, bem como as medidas para os mitigar.

Todavia, existe um conjunto de fatores que dificultam a independência do auditor. O principal obstáculo é a dependência do cliente. Reynolds e Francis (2001) afirmam que a sujeição económica do auditor possibilita a alteração da imparcialidade, principalmente se esse cliente for responsável por uma parte considerável da composição da carteira do auditor.

Por outro lado, temos a sujeição do auditor à empresa a que pertence. Esta relação de obediência hierárquica pode desenrolar-se num conjunto de conflitos de interesse que comprometam a imparcialidade do auditor.

Almeida (2013) aponta que, em Portugal, 33% dos ROC não atuam com independência, destacando ainda que os profissionais inquiridos no estudo alegam que os honorários insuficientes, a dimensão das sociedades e a ausência de rotação de auditor são motivos que afetam indiretamente a independência.

1.5 Rotação do Auditor

Uma forma de melhorar a imparcialidade do auditor é através da rotação. Esta medida desvincula o auditor do cliente, impedindo a criação de uma proximidade que extrapole o legal e estritamente profissional. Adicionalmente, cria uma necessidade constante de auditores no mercado de trabalho, resultante da rotação da profissão.

Além disso, Heliodoro (2014) resume as questões mais usuais que justificam a rotação de auditor, nomeadamente:

- Custo com honorários;
- Problemas financeiros;
- Mudança de administração;
- Desacordo entre a administração e os auditores;
- Dimensão da empresa.

Contudo, de acordo com Prazeres (2016), a rotação do auditor não tem impacto significativo na qualidade da auditoria prestada. Este dado permite perceber que a medida funciona maioritariamente como instrumento de defesa por parte dos auditores que, através da rotação, conseguem simultaneamente assegurar a qualidade da auditoria e libertar-se da pressão contratual.

Todavia, Melo (2014) aponta algumas consequências inevitáveis desta medida. O autor afirma que os primeiros anos de auditoria são sempre os mais arriscados, e por isso, os mais exigentes em termos de atenção e cuidados redobrados. Com a medida de rotação teremos constantemente novos encontros entre sociedades revisoras e empresas clientes, ou seja, cada vez que ocorre a alteração será necessário o auditor conhecer a empresa e a sua envolvente externas, como o setor, ou interna, como os colaboradores e administração. Inevitavelmente isso aumenta os custos com honorários.

Em complemento, no primeiro ano após a rotação do auditor, verifica-se uma redução do número de reservas e um aumento do número de ênfases, nomeadamente em matérias que foram consideradas como reservas em anos anteriores (Melo, 2014).

1.6 Matérias Relevantes de Auditoria

Ao longo do tempo algo que sempre esteve em debate foi a alteração do relatório de auditoria. Muitos autores apontam que a desconfiança dos mercados nos auditores baseava-se no pouco crédito atribuído ao relatório, que inevitavelmente passou a ter um valor mais simbólico, em vez de um uso prático específico (Church et al., 2008).

Pereira (2019) refere que o público considerava os relatórios como um formulário, isentos de sinceridade sobre o real estado da empresa. Na contraparte, Chen et al. (2013) defendem que o relatório divulgado sobre a auditoria a uma determinada empresa deve de ser mantido e estandardizado. Chen et al. (2013) e Rodrigues (2017) referem a pouca literacia dos utilizadores de informação como entrave para a modificação de um relatório que é complexo, que já está instituído, e que é facilmente utilizado pelos *stakeholders*.

Arefaine e Dogan (2017) e Lee, Ali e Bien (2009) referem que os utilizadores de informação querem sempre mais informação porque não compreendem as funções do auditor. A sociedade procura garantias absolutas que o auditor não consegue dar (Peixoto, 2018). Sumariamente, o auditor nunca irá confirmar a segurança de uma decisão, por isso haverá sempre *expectation gaps*.

Para fazer face a este problema e melhorar a imagem dos auditores, o IAASB criou a ISA 701 em 2015 (ACCA, 2018). Não se tratando de uma alteração completa aos habituais relatórios, a norma pretende expandir e colocar uma nova secção para que os auditores possam divulgar de forma mais transparente os moldes em que a auditoria foi realizada, bem como expor as suas principais preocupações e ações durante a mesma. Teoricamente, a ideia tenta agradar os dois polos, mantendo um relatório que está enraizado na sociedade, mas que pode ser alterado, acrescentando novos pontos que visam combater as deficiências dos existentes, bem como reajustar a confiança dos investidores nas sociedades auditoras e nos mercados.

A comunicação das MRA fornecem uma informação adicional aos utilizadores para que estes percebam quais foram os assuntos que o auditor considerou mais significativos durante a auditoria financeira (ISA 701, §2). A utilização das MRA não significa que a questão foi ou não estudada e analisada pelo auditor durante a auditoria, ou insinuar discrepâncias financeiras significativas face à regulamentação legal (IAASB, 2015). Pelo contrário, o objetivo das MRA é informar o utilizador da informação financeira sobre as ocorrências mais significativas durante a auditoria, na perspetiva do auditor.

Em França, desde 2003, existe uma medida, intitulada *justification of assessment*, que se equipara à ISA 701 (Bédard *et al.* 2014). O autor chegou à conclusão que a única alteração visível ocorreu no tempo de preparação e divulgação do relatório, que aumentou consideravelmente. Excetuando isso, as melhorias da *justification of assessment* foram praticamente nulas, apesar dos autores fazerem referência que a realidade da auditoria em França é distinta na forma e resultados, não havendo muita regulamentação comparando com o resto da Europa e com os Estados Unidos da América.

Em sintonia, e com objetivo de melhorar o relatório de auditoria, o PCAOB criou as Matérias Críticas de Auditoria (*Critical audit matters* - CAM) — que entraram em vigor em 2019 (PCAOB, 2019). A diferenças entre as duas definições são muito ténues. Enquanto as MRA estão dependentes do julgamento do auditor, sendo as que ele considera como os acontecimentos mais significativos do período, podendo ou não serem materialmente relevantes, as CAM são os destaques da auditoria, materialmente relevantes e/ou que implicam uma avaliação complexa e dúbia por parte do auditor (IAASB, 2017).

Apesar de as medidas terem a mesma finalidade, utilizam métodos distintos. No caso das CAM, a dependência da opinião do auditor não é tão significativa como no caso das MRA. Precisamente porque os critérios de seleção das MRA são muito mais subjetivos dos que os que foram adotados pela PCAOB.

O IAASB (2015) considera que a inclusão de MRA nos relatórios irá:

- Ajudar investidores e outros utilizadores da informação a perceber melhor a empresa e as suas demonstrações financeiras, bem como a perceber o resultado da auditoria expressa na opinião do auditor;
- Melhorar o envolvimento com a administração e órgãos de gestão;

- Aumentar a comunicação entre o auditor e o comité de auditoria sobre os assuntos mais relevantes da auditoria;
- Renovar o foco do auditor nos assuntos a ser comunicados que podem indiretamente resultar num aumento do ceticismo profissional.

Temos, por consequência, dois ideais opostos: de um lado os que afirmam que esta medida irá realmente possibilitar mais informação e transparência aos *stakeholders* (Öhman, 2007 citado por Areifane & Dogan, 2017); do outro, Vanstrelen *et al.* (2012) referem que a informação só trará benefícios se for útil ao utilizador.

Segundo o IAASB (2015), o aumento da informação no relatório irá permitir que o utilizador tenha mais informação e, conseqüentemente, confie mais nas decisões da empresa.

Chen *et al.* (2013) apontam que a informação massiva por parte do auditor pode resultar numa dificuldade maior do utilizador para encontrar informação relevante. Devemos ainda notar que o utilizador pode não ter um conhecimento profundo dos conceitos e métodos utilizados, o que torna a interpretação do relatório inviável (Rodrigues, 2017). O IAASB (2015) aponta para a necessidade de os auditores redigirem relatórios que evitem o uso de termos técnicos para ajudar os leitores que não possuem conhecimentos profundos de contabilidade ou auditoria financeira.

Arefaine e Dogan (2017) estudaram a implementação da ISA 701 e obtiveram respostas de aceitação favorável por parte dos auditores que confirmaram a melhoria dos relatórios. O mesmo estudo conclui ainda que a diminuição do *gap* de expectativas entre o auditor e o *stakeholder* não implica um aumento da qualidade da informação inerente. Ou seja, o estudo conclui que a medida em nada é benéfica para a relação empresa-*stakeholder*, sofrendo apenas resultados positivos significativos na imagem do auditor.

Por outro lado, o ACCA (2018) também destaca que o aumento subjacente da dimensão dos relatórios, devido à necessidade de abranger as matérias relevantes com inclusão de normativos e termos técnicos, resulta numa linguagem complexa para o utilizador da informação.

Assim sendo, fica clara a importância do auditor na execução do relatório. Além das matérias relevantes a destacar serem inteiramente da sua responsabilidade (ISA 701 §8), também a contextualização e redação de um relatório completo, concreto e simples fica a seu cargo.

1.6.1 Como aplicar as Matérias Relevantes de Auditoria

O IAASB (2015) refere o procedimento que os auditores poderão utilizar para determinar as MRA. Primeiramente, estes devem encontrar as áreas que requerem especial atenção, nomeadamente:

- Áreas de risco de distorção material – de acordo com a ISA 315;

- Áreas nas demonstrações financeiras sujeitas a parecer de gestão, incluindo estimativas contabilísticas consideradas altamente incertas;
- Eventos e transações de alto impacto que aconteceram ao longo do ano.

Depois destas matérias estarem selecionadas, o auditor deve discuti-las com a gestão e apontar, segundo o seu parecer, as que foram mais significativas de atenção em auditoria, nomeando-as de MRA (Areifan & Dogan, 2017). Por fim, o auditor deve explicar as MRA selecionadas, descrevendo o porquê da escolha, bem como a forma como foram tratadas em auditoria (IAASB, 2016).

Apesar da informação fornecida pela IAASB, não é fácil identificar as MRA. Elementos de elevado valor económico e área em que o auditor se debruça mais em auditoria podem não ser MRA. Por exemplo, uma aquisição que movimenta uma elevada quantia monetária terá uma atenção exaustiva do auditor, contudo, isso não significa que deverá ser classificada como MRA. (EY, 2016).

Uma pesquisa elaborada por Cordos e Füllop (2015) revelou que, de acordo com 34% da população de auditores inquiridos, a informação da ISA 701 é suficiente para conseguir perceber, detetar e nomear as MRA. Contudo, 32% dos auditores inquiridos apontam para a falta de orientações e exemplificações práticas da norma. Os 34% restantes não forneceram uma resposta útil e/ou válida para o caso.

A IAASB (2015) afirma que cada relatório deve ser único e focado na realidade de cada empresa, ficando ao critério e julgamento profissional do auditor a seleção das matérias que durante a visita e análise da empresa lhe captaram mais a atenção.

O objetivo da ISA 701 é relatar e descrever de forma simples o porquê de certos assuntos serem significativos durante a auditoria e a forma como foram tratados durante a mesma, (IAASB, 2015). É por isso importante que o relatório contenha:

- O método de abordagem e resposta, por parte do auditor, à matéria relevante em análise;
- O sumário dos procedimentos efetuados;
- Os resultados observados após a intervenção do auditor, ou, na sua ausência, pontos-chave sobre o assunto.

1.6.2 Número e tipologia das Matérias Relevantes de Auditoria

Cordos e Füllop (2015) relatam que o número de MRA varia caso a caso, estando relacionado com a dimensão e complexidade da empresa, bem como com a natureza e condições do negócio/setor.

EY (2015) afirma que o reconhecimento de receita pode ser mais frequente em companhias de software e telecomunicações; enquanto empresas de mineração e extração podem ter MRA no que respeita à avaliação das licenças de exploração de certos terrenos.

Adicionalmente, os impostos serão uma matéria relevante em todas as empresas, independente do setor (EY, 2015). A ACCA (2018) destaca as telecomunicações e a mineração e extração como as indústrias com mais matérias relevantes. Enquanto as telecomunicações contam em média com quatro MRA nos relatórios emitidos, a mineração e extração situam-se em três matérias relevantes por relatório. Por oposição, as empresas industriais têm uma média inferior a duas matérias relevantes por relatório.

Apesar de não haver uma regra específica, nem consenso quanto ao número de MRA que devem ser relatadas, o IAASB (2015) define o mínimo de duas matérias e máximo de sete como o mínimo e o máximo aceitável, respetivamente.

Contudo, Cordos e Füllop (2015) detetaram que 70% da população inquirida afirma que é apropriado a ISA 701 possibilitar a inexistência de MRA a relatar. Em complemento, Gimbar et al. (2015), destacam que o facto de o auditor não revelar matérias relevantes, não diminui a sua responsabilidade legal, pelo contrário. A ausência do parecer conforme a configuração e requisitos da ISA 701, no estado atual de desconfiança sobre as sociedades revisoras, pode levantar questões acerca da profundidade e relevância da auditoria efetuada, bem como comprometer o julgamento e envolvimento profissional do auditor.

1.6.3 Categorias de Matérias Relevantes de Auditoria

É importante destacar que o Reino Unido e a Holanda adotaram a ISA 701 em 2013, antes da maioria dos outros países, visto que esta entraria em vigor apenas a 15 de dezembro de 2016. Assim sendo, em 2014, Mazars (2016) elaborou um levantamento dos relatórios de auditoria nas empresas pertencentes ao Índice FTSE 100, no Reino Unido. Os resultados demonstram a maioria das MRA registadas pelas diversas empresas, independentemente do setor, são:

- Imparidade de ativos;
- Provisões;
- Impostos;
- Reconhecimento de receitas;
- Imparidade do *Goodwill*.

A ACCA (2018) realizou um estudo sobre as categorias de MRA divulgadas em países diferenciados, como o Brasil, diversos situados na África do Sul, nos Emirados Árabes Unidos e no Reino Unido. Os resultados obtidos destacam maioritariamente a imparidade de ativos como a matéria relevante mais divulgada. Outro dado importante resultante da pesquisa é a divulgação de Ativos como MRA em países menos desenvolvidos, enquanto os países mais desenvolvidos economicamente apresentam MRA em questões de impostos.

1.7 Relação Auditor-Empresa-Stakeholders

É da responsabilidade do auditor a quantidade e detalhe das MRA divulgadas (IAASB,2015). É, contudo, imperativo que o auditor avalie meticulosamente as MRA divulgadas. Segundo Vanstraelen *et al.* (2011) o auditor não deve quebrar o acordo de confidencialidade e, por isso, revelar algo que possa comprometer a atividade da empresa, visto que este deve atuar com imparcialidade em todo o momento.

Além desta dificuldade inicial na seleção de matéria a reportar, Humphrey *et al.* (2009) apontam que os auditores preferem ganhar a confiança dos clientes ao invés da confiança e satisfação dos utilizadores de informação. Esta lealdade comercial pode ser um grande entrave no momento de seleção das MRA. Assim, se o auditor tem dificuldades em escrever um relatório por receio de divulgar assuntos confidenciais e comercialmente é compelido a favorecer o cliente, podemos antever o maior problema da ISA 701. De acordo com Deloitte (2016), um auditor pode decidir não comunicar as MRA se considerar que as consequências negativas dessa informação serão superiores aos benefícios por ela gerados e quando por lei são restringidos do âmbito de divulgar, que é o caso dos acordos de confidencialidade de informação que têm com o cliente.

Segundo o IAASB (2015), os utilizadores da informação deveriam de ser capazes de entender quais são as áreas mais significativas e como é que estas foram tratadas durante a auditoria. É por isso essencial que o relatório seja focado na entidade, "*entity-specific*". E é neste sentido que Areifen e Degan, (2017) apontam para o problema associado à inexistência de uma forma única e consensual de como as MRA devem de ser comunicadas. Por sua vez, o IAASB é meticuloso com as suas publicações e artigos, referindo que o conteúdo divulgado deve ser apenas aplicado como pontos de orientação (IAASB, 2017).

Por outro lado, a falta de diretrizes tem prejudicado os auditores que sentem alguma dificuldade no momento de abordar as matérias relevantes, principalmente devido à falta de exemplos práticos (Cordos & Füllop, 2015).

Christofferson e Gronberg (2018), através da sua investigação da adoção das MRA na Suécia, detetaram que a maioria das MRA divulgadas pelos auditores resultam das diretrizes fornecidas pelas sociedades auditoras a que pertencem ao invés da realidade económica e financeira da empresa. Ou seja, quando os auditores procuram detetar MRA, estes não consideram diretamente a empresa, mas sim o que a empresa de auditoria estabelece sobre onde podem residir os problemas.

Em suma, podemos concluir que ainda existem muitas preocupações acerca desta medida. O facto das MRA serem muito dependentes do julgamento do auditor é algo que pode servir aos *stakeholders* se proporcionar informação útil focada na entidade. Contudo, a ausência de linhas de orientação e exemplos padrão que pode traduzir em relatórios mais vagos.

1.8 Implementação da ISA 701 em Portugal

Em Portugal, a legislação entrou em vigor no ano de 2016 com a adoção do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a publicação da Lei nº140/2015, de 7 de setembro. É através deste estatuto que são adotadas as ISA no contexto nacional.

As bases desta legislação são os normativos europeus, nomeadamente a Diretiva 2014/56/EU, de 16 de abril, e o Regulamento (UE) nº 553/2014, 16 de abril, que foram transpostos para a realidade portuguesa aquando da publicação do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, pela Lei n.º 148/2015, 9 de setembro.

A OROC definiu na Guia de Aplicação Técnica (GAT) nº1 que existem 4 modelos de CLC/relatórios de contas, que separam os tipos de relatórios entre Entidade de Interesse Públicos e Entidade que não são de Interesses Público. A principal distinção é o facto de que as Entidade de Interesse Público terem de adotar obrigatoriamente as ISA701. Assim sendo, os modelos definidos são:

- Modelo 1 – Entidades de Interesse Público com contas individuais/ separadas;
- Modelo 2 – Entidades de Interesse Público com contas consolidadas;
- Modelo 3 – Entidades que não são de Interesse Públicos com contas individuais/ separadas;
- Modelo 4 – Entidades que não são de Interesse Públicos com contas consolidadas.

A divulgação de MRA é obrigatória nos modelos 1 e 2, sendo opcional nos modelos 3 e 4.

Silva (2017) estudou o primeiro ano de aplicação da ISA 701 em 63 entidade nacionais. O autor afirma que a grande maioria dos relatórios emitidos cumpre a legislação emitida para a correta emissão e divulgação da ISA 701. Contudo, as descrições observadas são padronizadas e com demasiado detalhe irrelevante (Silva, 2017). Este autor destaca ainda que existe uma semelhança no tipo de MRA divulgado pelas empresas do mesmo setor.

1.9 Estudos sobre a implementação da ISA 701

Com o intuito de clarificar o estado atual da implementação da ISA 701 durante os primeiros anos, serão analisados os resultados obtidos em estudos com diferentes focos. Primeiramente iremos abordar os dados da Financial Reporting Council (FRC) que identificam as MRA no contexto de um país desenvolvido. Comparativamente, será também apresentado um estudo da adoção das MRA na Malásia, um país em sucessivo crescimento económico, mas que ainda é considerado “em desenvolvimento” pelas Nações Unidas. Em complemento, será também apresentado um estudo restrito ao setor financeiro. E por último um estudo sobre a adoção em Portugal da ISA 701.

Devido ao facto da adoção da ISA 701, no Reino Unido, ter ocorrido anteriormente à data estipulada de entrada em vigor, tal permitiu investigar a implementação da medida, bem como o resultado da mesma. Assim, o FRC (2015) analisou os pontos favoráveis e desfavoráveis, que seriam expandidos por FRC (2016), um relatório mais completo e exaustivo com termos de comparação sobre a implementação das MRA e as diferenças para o segundo ano.

A análise do FRC (2016) teve uma amostra de 278 empresas. O setor de serviços ao consumidor com 56 empresas na amostra e o setor financeiro com 45 empresas na amostra são os setores com maior representação. No que refere às empresas de auditoria, 97% da amostra é auditada pelas *Big-Four*, sendo a PWC a sociedade com mais clientes.

Os dados obtidos indicam que as MRA mais divulgadas estão relacionadas com a imparidade do *Goodwill* e outros ativos tangíveis e intangíveis, impostos e reconhecimento de receita. Relativamente à distribuição por setor, telecomunicações, indústria e utilidades (água, eletricidade, gás) são os que mais MRA divulgam. Em média, cinco MRA são divulgadas por relatório para estes setores. Quanto às sociedades revisoras, são as *Big-Four* quem mais MRA divulga, apenas no segundo ano, pois quando se trata de dados do ano da implementação, verifica-se que são as não *Big-Four* quem mais divulga. Ademais, a PWC é de todas a que mais MRA coloca por relatório, cinco em média, contrastando com as quatro, em média, utilizadas pelas restantes. Quanto ao número total, o mínimo de MRA é um, tanto para o ano inicial, como para o seguinte, enquanto que o máximo varia. Em 2014 eram dez MRA, em 2015 passou a oito.

Sahyda (2019) estudou a implementação das MRA na Malásia e de acordo com a suas conclusões, a medida foi bem-sucedida. No que se refere ao número de MRA, a amostra varia entre zero e seis, com uma média de 2,09 MRA selecionadas. E quando comparado com os dados do FRC (média MRA inferior a quatro), notamos uma diferença significativa. No que se refere ao tipo de MRA, o mais verificado foi o reconhecimento de receita, seguido de imparidade nas contas de clientes e imparidade de ativos intangíveis e *Goodwill* (resultados idênticos aos da FRC). O estudo aponta ainda que, de um total de 398 MRA encontradas e analisadas, 70,8% devem-se a decisões significativas tomadas pela administração.

A coincidência do tipo/categoria de MRA nos dois estudos demonstra uma preocupação idêntica entre os auditores, independentemente do país em que se encontram. Por outro lado, a diferença do número média de MRA reportada é algo notório.

Para concluir, Sahyda (2019) faz um balanço do impacto da medida, onde 67% dos *stakeholders* afirmam que a alteração permitiu uma melhor identificação dos riscos sobre a empresa que investiram ou pretendem investir, e ainda que 87% da população em estudo afirma que lê primeiramente o relatório de auditoria antes de ler o relatório e demonstrações financeiras.

Noutra perspetiva, Löw e Mollenhauer (2019) analisaram a adoção da MRA no setor bancário no continente europeu. Este estudo permite analisar um setor frágil e com abordagens

diferentes por parte dos auditores. De acordo com o estudo, Portugal ocupa o topo dos países com mais MRA no setor bancário (6,5) com uma amostra de 2 bancos. Os autores fazem referência ao facto de um banco ser o Novo Banco que financeiramente se encontrava numa posição instável e por isso regista oito MRA. Inversamente, a Estónia e a Lituânia têm uma MRA cada, sendo que a Estónia tem uma amostra de três bancos e a Lituânia apenas um banco. No total foram analisadas 90 instituições bancárias e em média foram divulgadas 3,4 MRA por instituição.

O mesmo estudo ainda indica que a MRA mais referida, em 83 bancos, foi a imparidade de empréstimos concedidos. Não menos importante, o justo valor de ativos, as provisões e as infraestruturas tecnológicas, como os *softwares*, são outras MRA de destaque. É de realçar a particularidade da categoria destas MRA, não ter sido previamente mencionada como relevante nos estudos de Sahyda (2019) e FRC (2016).

No que remete para as sociedades de auditoria, Löw e Mollenhauer (2019) destacam que em média, no setor bancário da Europa, a Deloitte é quem divulga mais MRA, com uma média de 4,3, seguida pela PWC com 3,5, EY com 3,3 e a KPMG em último com 3,1. O motivo justificativo desta discrepância, segundo os autores, deve-se à dimensão dos bancos auditados pela Deloitte. Os restantes testes realizados entre as sociedades demonstram que apesar de não haver distinção no número de MRA divulgadas, com os auditores a divulgarem números idênticos de MRA, o mesmo não acontece no tipo de MRA. Todavia, os autores consideram a Deloitte como a mais provável de utilizar a MRA relacionada com situações legais/fiscais. Os autores concluem que houve uma melhoria do relatório anual com informação que se foca exclusivamente na entidade e traz mais dados acerca da atividade da mesma, devido aos auditores envolvidos e à forma como estes abordam cada empresa de forma independente e sem utilização de textos e justificativos genéricos no momento de revelação e descrição das MRA.

Quando comparamos este estudo com os dois anteriores é importante registar a diferença das categorias e realçar o setor bancário, pela particularidade do setor e pelas crises de 2008. Este é um ponto sensível em auditoria com uma abordagem diferente dos demais. É também de salientar que o número de MRA divulgadas, apesar de ser superior às 2 registadas na Malásia, é inferior às 4 registadas no Reino Unido. Por último, o estudo revela o delicado estado do setor financeiro em Portugal motivado pela transferência de ativos de BES para o Novo Banco. E isso é algo a ter em conta no momento de tratamento da informação.

Em Portugal, Pereira (2019) realizou um estudo sobre as MRA relatadas nas empresas cotadas na *Euronext Lisbon* no período compreendido entre 2016-2017. Enquanto em 2016 a autora registou 157 MRA relatadas, em 2017 o número aumentou para 167. Quanto ao número médio de MRA por empresa, em 2016 era de 3,49 e em 2017 foi de 3,71. Relativamente ao tipo, ou categoria de MRA, em ambos os períodos de análise, o mais destacado foi a classe de ativos fixos tangíveis/intangíveis. Outros, como o *Goodwill*, participações em outras empresas, réditos, passivos/ativos contingentes e matérias fiscais também são destacados.

No que se refere aos setores de atividade, o que regista maior média de MRA é o financeiro, tal como no estudo de Löw e Mollenhauer (2019). Em termos unitários, a indústria e os serviços ao consumidor abrigam o maior número de empresa, e por isso têm o maior número de MRA relatados.

Referente às sociedades revisoras, em Portugal as *Big-Four* ocupam uma posição de destaque, sendo a PWC quem ocupa a posição de líder, seguida pela Deloitte. Contudo, segundo Pereira (2019), não são as *Big-Four* quem divulgam mais MRA. De facto, também no estudo realizado por Löw e Mollenhauer (2019), as *Big-Four* utilizam um número similar de MRA relatadas. Quanto à variedade de categorias reportadas, é a Deloitte quem mais varia com 17 categorias em 2016 e 15 categorias em 2017, a PWC registou 16 categorias nesse mesmo ano, apesar de no ano anterior só ter colocado 14 tipos diferentes de MRA. A KPMG manteve uma média de 10 categorias por ano, enquanto a EY passou de 8 para 13. Em média, as sociedades revisoras fora das *Big-Four* não utilizam mais do que 5 tipos de categorias.

Por fim, Pereira (2019) conclui que o mercado não demonstrou uma reação à implementação da ISA701, ou seja, a autora não verificou uma variação significativa e expressiva da flutuação do valor das ações das empresas analisadas, tal como Bédard et al. (2014) tinha concluído na sua análise da implementação da medida “Justificações das Avaliações”, em França.

Estes estudos são resumidos na Tabela 1, a seguir apresentada.

Tabela 1 - Resumo de Estudos de Caso

Autores	Ano	Amostra	Metodologia	Conclusões
FRC	2016	278 relatórios de auditoria retiradas do Índice UK Main Market	Análise Descritiva	<ul style="list-style-type: none"> - Categorias de MRA mais divulgada: Imparidade; Reconhecimento de receita; Impostos - PWC é a empresa de auditoria com mais MRA divulgados, em média; - Setor de Telecomunicações, Petrolífero/Gás, Industrial, Bens e Serviços Consumidor, apresentam o maior número MRA
Riri Sahyda	2019		Revisão Literatura	<ul style="list-style-type: none"> - A adoção das MRA permitiu informação mais transparente e apropriada; - Média de 2,9 MRA; - As categorias com mais MRA respeitam a imparidade e reconhecimento de receita;
Edgar Low Tim Lukas Mollenhauer	2019	90 Entidades Bancárias pertencentes a União Europeia	Regressão Logit	<ul style="list-style-type: none"> - Média de MRA do setor bancário é 3,4; - A dimensão (nºativos) está positivamente relacionada com o número de MRA - no setor bancário; - Existem diferenças nas categorias de MRA divulgadas pelas SROC; - O número de MRA divulgado não está relacionado com a SROC; - A adoção das MRA aumentou o valor da informação das CLC's;
Ângela Pereira	2019	96 Empresas da Euronext Lisbon	Análise Descritiva Correlação Spearman Regressão Linear Múltipla	<ul style="list-style-type: none"> - MRA mais relatados: AFT; Goodwill; Rédito; Matérias Fiscais e Provisões e Passivos Contingentes; - Setor Financeiro apresenta o maior número MRA; - A quantidade de MRA não tem relação com a geração de retornos anormais;

Em suma, os diversos estudos demonstram que ISA 701 resulta num aumento de informação divulgado sobre as empresas. Todavia existem diferenças entre a forma como a norma é implementada pelas *Big-Four* e não *Big-Four*, assim como a nível do setor.

Capítulo II - Metodologia

Neste capítulo apresentamos os objetivos do estudo empírico a realizar, definimos as hipóteses de estudo de acordo com a literatura e apresentamos a amostra e o modelo a estimar.

2.1 Hipóteses do estudo e recolha de dados

O principal objetivo da presente dissertação é analisar as MRA divulgadas nos relatórios de contas das empresas cotadas na *Euronext Lisbon* e quais os seus fatores explicativos. Para o efeito, começamos por definir as questões de investigação e as hipóteses do estudo.

2.1.1 Questões de investigação e hipóteses do estudo

As questões de investigação definidas são:

- Quais as MRA incluídas nas CLC dos últimos três anos das empresas cotadas?
- Havendo alteração da empresa de auditoria, há alteração das MRA?
- Quais os fatores explicativos das MRA divulgadas, nomeadamente dimensão, setor, empresa de auditoria, pertencer ao índice PSI-20?

No âmbito da terceira questão de investigação definimos diversas hipóteses, as quais apresentamos de seguida.

2.1.1.1 Dimensão

A dimensão é utilizada para refletir as empresas que têm maior poder económico. Mollenhauer e Löw (2019) detetaram uma relação significativa da dimensão das empresas do setor bancário com o número de MRA divulgadas. Segundo os autores, existe maior quantidade e complexidade de informação a ser auditada, que conseqüentemente aumenta a probabilidade de serem reportadas matérias relevantes. Em complemento, as grandes empresas apresentam características organizacionais mais complexas e recursos específicos que se tornam matérias indispensáveis da atenção do auditor. Mais uma vez, Mollenhauer e Löw (2019) apontam que existe uma correlação positiva entre a dimensão e as matérias relacionadas com áreas tecnológicas porque as grandes empresas dependem de sistemas informáticos complexos para manter uma boa comunicação e fluidez de operações.

H1: Quanto maior for a dimensão da empresa, maior o número de MRA na sua CLC.

2.1.1.2 Endividamento

Jorge e Armada (2001) estudaram os efeitos determinantes do endividamento e apontam que o crescimento empresarial e risco do negócio (volatilidade) estão positivamente associados a

esta variável. Ou seja, uma empresa em crescimento tem mais endividamento e um maior risco de negócio. Assim sendo, um maior nível de endividamento está associado a um maior risco, o que se pode refletir numa abordagem de auditoria mais pormenorizada e, conseqüentemente, num maior número de MRA. Adicionalmente, um maior endividamento implica que o auditor perceba se a estratégia da gestão é refletida nas contas e um maior número de MRA pode ajudar a transmitir a credibilidade necessária ao mercado para atenuar o risco associado.

H2: Quanto maior for o endividamento da empresa, maior o número de MRA na sua CLC.

2.1.1.3 Rendibilidade

A rendibilidade, pela importância que tem em expressar numericamente os resultados obtidos no período, é uma característica das empresas que afeta o número de MRA (Christoffersons & Gronberg, 2018). É espetável que uma rendibilidade elevada resulte numa análise mais pormenorizada do auditor sobre os resultados do período. Esta análise pormenorizada pode resultar num incremento do número de MRA divulgadas.

H3: Quanto maior for a rendibilidade da empresa, maior o número de MRA na sua CLC.

2.1.1.4 Pertencer ao PSI-20

O PSI-20 é um índice que engloba as maiores empresas portuguesas, sendo por isso uma representação de Portugal no mercado estrangeiro. O facto de uma empresa pertencer ao índice não significa apenas que esta tenha uma dimensão financeira superior, mas também significa que o número de investidores e utilizadores da informação da CLC será maior.

Uma maior exposição da empresa conduz a um maior escrutínio da sua informação financeira, o que pode resultar num maior número de MRA divulgadas, quer pelo aumento do trabalho de auditoria, quer pelas maiores expectativas dos utilizadores da informação financeira dessas empresas. O facto da ISA701 tentar aproximar o relatório de auditoria das necessidades dos *stakeholders*, pode incentivar os auditores a ter uma atuação mais pormenorizada para demonstrar a profundidade da auditoria perante os utilizadores das CLC. Logo, definimos a seguinte hipótese:

H4: O número de MRA das empresas que pertencem ao PSI-20 é maior do que o das empresas que não pertencem ao PSI-20.

2.1.1.5 Setor Industrial e Serviços ao Consumidor

O setor é uma variável que distingue a atividade da empresa. Por isso, vários autores estudam o impacto desta variável no número e comportamento das MRA divulgadas. Há setores que se caracterizam por atividades mais complexas, com um maior nível de estimativas, e com maiores responsabilidades contratuais. Existe uma sintonia na opinião que os setores bancários, telecomunicações e extração têm maior número de MRA (ACCA,2018; FRC,2016; Löw & Mollenhauer,2019; Pereira, 2019). Contudo, a ACCA (2018), que alarga a área de estudo ao continente sul Americano, África e Europa do Leste, detetou que o setor Industrial tem a menor média de MRA. Dado o contexto português, serão estudados os setores que apresentam maior número de empresas: Industrial e Serviços ao Consumidor.

Do exposto, deduzimos as seguintes hipóteses:

H5.1: O número de MRA das empresas que pertencem setor industrial é maior do que o das empresas que não pertencem ao setor industrial.

H5.2: O número de MRA das empresas que pertencem ao setor de serviços ao consumidor é maior do que o das empresas que não pertencem ao setor de serviços ao consumidor.

2.1.1.6 Empresa de auditoria *Big-Four*

Cordos e Füllop (2015), Arefaine e Dogan (2017) e Vik e Walter (2017) referem que durante os primeiros anos de adoção da ISA 701 houve uma insegurança do auditor por não perceberem a medida ou recearem as consequências de infringirem a confidencialidade do cliente. Por estes motivos, Christofferson e Gronberg (2018) revelam que as MRA divulgadas pelos auditores têm por base diretivas fornecidas pelas empresas de auditoria a que pertencem, o que pode traduzir em diferentes abordagens na definição e divulgação das MRA.

Por isso, pretende-se perceber se há diferenças de comportamento entre as *Big-Four*.

Para captar as diferenças entre empresas *Big-Four*, formulamos as seguintes hipóteses:

- H6.1: O número de MRA das empresas auditadas pela Deloitte é diferente do das empresas que não são auditadas pela Deloitte.
- H6.2: A O número de MRA das empresas auditadas pela PWC é diferente do das empresas que não são auditadas pela PWC.
- H6.3: O número de MRA das empresas auditadas pela EY é diferente do das empresas que não são auditadas pela EY.
- H6.4: O número de MRA das empresas auditadas pela KPMG é diferente do das empresas que não são auditadas pela KPMG.

2.1.2 O Universo e a Amostra

O universo das empresas em estudo consiste nas empresas cotadas na bolsa de valores *Euronext Lisbon*. Este universo era composto por 52 empresas à data da elaboração do estudo (2020). Contudo, dentro dessas, foram apenas selecionadas as que pertencem ao mercado regulado – *Euronext Lisbon* – reduzindo a amostra base para 39. Os dados foram recolhidos dos Relatórios e Contas e CLC anuais divulgados conjuntamente nos portais online das empresas selecionadas.

O período da amostra começa em 2016, ano em que a ISA 701 entrou em vigor, e termina em 2018, data da elaboração deste trabalho com a mais recente divulgação de Relatórios e Contas e CLC disponíveis.

Tendo em atenção que ao longo deste período várias empresas entraram e saíram do mercado regulado, para efeitos de uniformidade da amostra ao longo dos três anos, foram selecionadas as empresas que apresentaram MRA nos anos em questão e que atualmente se encontram na bolsa de valores de Lisboa. Devido a este critério foi retirada uma empresa, o que resultou numa amostra final de 38 empresas. Todavia, é de fazer referência ao facto de que a EDP Renováveis, que por estar sediada em Madrid segue a norma NIA-ES 701, que é semelhante à ISA 701, mas que só foi implementada em 2017 (Pereira, 2019).

Assim, a composição da amostra é de 37 empresas para o ano de 2016 e 38 empresas para o ano de 2017 e 2018.

Ao todo, foram analisados 114 relatórios, dos quais se extraiu diversa informação, nomeadamente número de MRA registadas, categoria de MRA selecionada, empresa de auditoria escolhida e a mais diversa informação financeira, como por exemplo o valor ativo, passivo e capital próprio e também o resultado líquido do exercício para os anos em análise.

Relativamente às empresas integrantes, a Tabela 2, a seguir apresentada, identifica as empresas que fazem parte da amostra do estudo.

Tabela 2 - Empresas da Amostra

Empresa	Modelo Governo	Setor	PSI-20
Altri SGPS	Modelo Monista	Industrial	SIM
B.Com.Portugues	Modelo Monista	Financeiro	SIM
Benfica	Modelo Monista	Serviço ao Consumidor	NÃO
Cofina, SGPS	Modelo Monista	Serviço ao Consumidor	NÃO
Corticeiram Amorim	Modelo Monista	Bens do Consumidor	SIM
CTT Correios Port	Anglosaxonico	Industrial	SIM
EDP	Modelo Dualista	Serviços de Utilidade Pública	SIM
EDP Renovavies	Anglosaxonico	Serviços de Utilidade Pública	SIM
Estoril Sol N	Modelo Monista	Serviço ao Consumidor	NÃO
Fut. Clube Porto	Modelo Monista	Serviço ao Consumidor	NÃO

Galp Energia-Nom	Modelo Monista	Petróleo de Gás	SIM
Glantt	Modelo Monista	Tecnologia	NÃO
Ibersol, SGPS	Modelo Monista	Serviço ao Consumidor	SIM
IMOB. C Grao Para	Modelo Monista	Industrial	NÃO
Impresa SGPS	Anglosaxonico	Serviço ao Consumidor	NÃO
INAPA-INV P gestao	Anglosaxonico	Materiais Básicos	NÃO
Jeronimo Martins, SGPS	Anglosaxonico	Serviço ao Consumidor	SIM
Lisgrafica	Modelo Monista	Industrial	NÃO
Martifer	Modelo Monista	Industrial	NÃO
Media Capital	Anglosaxonico	Serviço ao Consumidor	NÃO
Mota engil	Modelo Monista	Industrial	SIM
NOS, SGPS	Modelo Monista	Telecomunicações	SIM
NovaBase, SGPS	Modelo Monista	Tecnologia	NÃO
Orey Antunes ESC	Modelo Monista	Industrial	NÃO
Pharol	Modelo Monista	Telecomunicações	SIM
Ramada	Modelo Monista	Materiais Básicos	SIM
Reditus SGPS	Modelo Monista	Tecnologia	NÃO
Ren	Anglosaxonico	Serviços de Utilidade Pública	SIM
Semapa	Modelo Monista	Materiais Básicos	SIM
Sonae	Modelo Monista	Serviço ao Consumidor	SIM
Sonae Capital	Modelo Monista	Financeiro	SIM
Sonae Ind. SGPS	Modelo Monista	Industrial	NÃO
SonaeCOM, SGPS	Modelo Monista	Telecomunicações	NÃO
Sporting Clube de Portugal	Modelo Monista	Serviço ao Consumidor	NÃO
Teixeira Duarte	Modelo Monista	Industrial	NÃO
The Navigator Comp	Modelo Monista	Materiais Básicos	SIM
Toyota Caetano	Modelo Monista	Industrial	NÃO
Vaa Vista Alegre Atlantis	Modelo Monista	Bens do Consumidor	NÃO

2.2 Modelo empírico

2.2.1 Definição de variáveis

A variável dependente em estudo consiste no número de MRA divulgadas (NMRA). Esta variável representa o número de MRA que o auditor divulgou para a empresa no ano em questão.

Relativamente às variáveis associadas às hipóteses enunciadas, expomos de seguida como as mesmas foram operacionalizadas.

2.2.1.1 Dimensão (DIM)

O valor desta variável independente foi obtido através da Análise de Componentes Principais (ACP) entre três valores que estão significativamente correlacionados. São eles o valor do total de Ativo, Volume de Negócios e Gastos com Pessoal.

A correlação entre estas variáveis está expressa na Tabela 3 a seguir apresentada.

Tabela 3 - Correlação das variáveis da ACP

		Ativos	Volume de Negócios	Gastos c/pessoal
Ativos	Correlação de Pearson	1	,402**	,427**
	Sig. (2 extremidades)		,000	,000
	N	113	113	113
Volume de Negócios	Correlação de Pearson	,402**	1	,791**
	Sig. (2 extremidades)	,000		,000
	N	113	113	113
Gastos c/pessoal	Correlação de Pearson	,427**	,791**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	
	N	113	113	113

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Assim sendo, os resultados da ACP obtidos estão expostos na Tabela 4.

Tabela 4 - Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,614
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	131,745
	gl	3
	Sig.	,000

Analisando os resultados obtidos na Tabela 4 do teste de KMO e Bartlett, percebemos que apesar de a média de KMO não ser muito elevada, é suficiente para aprovar a análise de ACP (Pestana & Gagueiro, 2003). O valor que varia entre 0 e 1, situa-se nos 0,614.

Tabela 5 - Explicação da Variância total

Componente	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	2,102	70,083	70,083	2,102	70,083	70,083
2	,689	22,954	93,037			
3	,209	6,963	100,000			

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Tabela 6 - Matriz de Componentes

	Componente1
Ativos	,681
Volume de Negócios	,901
Gastos c/pessoal	,910

Método de Extração: análise de Componente Principal.

a. 1 componentes extraídos.

A Tabela 5 demonstra que o componente extraído explica 70,083% da variância total. Já a Tabela 6 mostra a correlação entre as variáveis e a nova componente. E podemos afirmar que apresenta uma elevada correlação com exceção da variável ativo que não tem uma correlação tão expressiva em comparação com as demais.

Em suma, através dos dados apresentados, concluímos que a ACP fornece uma boa medida da dimensão das empresas, pelo que os scores desta componente serão usados como variável denominada Dimensão (DIM).

2.2.1.2 Restantes variáveis independentes

As restantes variáveis independentes são as seguintes:

- Endividamento (ENDV) - *Rácio Passivo sobre Ativo.*
- Rendibilidade (REND) - *Rácio Resultado Líquido do exercício sobre Capital próprio.*
- Pertencente ao PSI-20 (PPSI) – *1 se a empresa pertence ao PSI-20, 0 caso contrário.*
- Setor Industrial (SetorInd) – *1 se a empresa pertence ao setor industrial, 0 caso contrário.*
- Setor Serviços Consumidor (SetorSC) – *1 se a empresa pertence ao setor serviço consumidor, 0 caso contrário.*
- SROC pretence às Big-Four (SROC)

Como descrito nas questões de investigação, esta variável será dividida de acordo com as empresas pertencentes às *Big-Four*.

Assim sendo, teremos as variáveis:

- SROC Deloitte (SROCD) – *1 se a empresa pertence à SROC Deloitte, 0 caso contrário;*
- SROC PWC (SROCP) – *1 se a empresa pertence à SROC PWC, 0 caso contrário;*
- SROC EY (SROCEY) – *1 se a empresa pertence à SROC EY, 0 caso contrário;*
- SROC KMPG (SROCK) – *1 se a empresa pertence à SROC KMPG, 0 caso contrário;*

Todas as variáveis são classificadas como 1 se a empresa é auditada pela *Big-Four* em questão, e 0 caso contrário.

2.2.2 Categorização das Matérias Relevantes de Auditoria

Durante a recolha da informação relativa às MRA, constatámos que a informação é apresentada de forma muito díspar e que, por vezes, certas MRA abordam um tópico específico (por exemplo, imparidade do Goodwill), enquanto outras abordavam esse mesmo tópico juntamente com outro tópico (imparidade de ativos e Goodwill). Assim, foram criadas diversas categorias de MRA de forma a uniformizar a informação.

De acordo com o modelo usado pelo FRC (2015), reduzimos as MRA ao seguinte conjunto de categorias:

1. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
2. Rédito – valorização, mensuração, reconhecimento;
3. Aquisição/Fusão e Alienação empresarias;
4. Ativos – valorização, mensuração, reconhecimento;
5. Questões fiscais;
6. Benefícios dos empregados;
7. Instrumentos Financeiros – valorização, mensuração reconhecimento;
8. Inventário - valorização mensuração reconhecimento;
9. Ativos detidos para venda – valorização, mensuração, reconhecimento;
10. Propriedades de investimento;
11. *Goodwill* – valorização, mensuração, reconhecimento;
12. Imparidade de Ativos – exceto *Goodwill*;
13. Imparidade do *Goodwill*;
14. Imparidade de Ativos e *Goodwill*;
15. Imparidade em Investimentos;
16. Imparidade em contas a receber;
17. Imparidade em inventários;
18. Descontos e incentivos;
19. Financiamentos;
20. Excepcionais / Outros.

Assim sendo, todas as MRA foram incluídas num conjunto total de 20 categorias.

De realçar que de acordo com o FRC (2015), Löw e Mollenhauer (2019), Mazars (2016), Vik e Walter (2017), Pereira (2019), entre outros, o número de MRA divulgadas que estão relacionadas com imparidades é sempre o mais significativo, independentemente do setor de atividade e país em análise. De facto, o valor é de tal forma significativo que tornava a categoria num *outlier*. Desta forma, e com o intuito de tornar a amostra mais bem distribuída, a categoria das imparidades foi subdividida em diversas categorias.

Para que a variável MRA reflita o número de MRA divulgadas por cada empresa, sempre que o auditor divulgue uma MRA sobre dois tópicos que pertencem a duas categorias, é criado um tópico novo para essa MRA. Tal permite que se considere que a empresa tem uma MRA, como de facto tem, em vez de duas, apenas porque a MRA aborda dois assuntos.

Ademais, todas as MRA de carácter excepcional ou com média de divulgação igual ou inferior a um, pela baixa utilização e fraco impacto, foram categorizadas como “Excepcionais / Outros”. Desta forma, pudemos reduzir a amostra das MRA às categorias essenciais.

2.2.3 Definição do modelo

O processamento e análise estatística foram elaborados com auxílio do programa *Statistical Package for the Social Science (SPSS)*, versão 25.

A abordagem às MRA e questões de investigação desenvolver-se-ão em três fases distintas com o objetivo de caracterizar, testar e estudar as variáveis em diferentes processos.

Para responder ao primeiro objetivo do estudo, será realizada uma análise descritiva das MRAs por setor, por empresas pertencentes ao PSI-20, por sociedade revisoras e por MRA. O objetivo deste ponto é apresentar e compreender as variáveis em estudo.

No seguimento do segundo objetivo do estudo iremos analisar o impacto da alteração da SROC. Para esta questão iremos fazer um teste do Qui-Quadrado para testar a relação entre a alteração do auditor e a alteração do número/categoria de MRA.

Para alcançar o terceiro objetivo do estudo, começamos com uma análise bivariada para estudar o comportamento da relação entre a variável número de MRA e as diversas variáveis em estudo. Devido à diferente tipologia das variáveis, serão utilizados dois métodos: o teste Qui-quadrado para estudar a relação entre o número de MRA e as variáveis *dummy*, e as correlações de *Spearman* para estudar a correlação entre o número de MRA e as variáveis contínuas.

Posteriormente, será realizada a análise multivariada com o intuito de perceber quais as características das empresas que explicam o número de MRA divulgadas. Assim, o número de MRA divulgadas apresenta-se como variável dependente e as diversas características das empresas como variáveis independentes. Será estimada uma regressão linear múltipla, dado o elevado número de observações e a possibilidade da variável dependente não se desviar da normalidade (Tabachnick & Fidell, 2001).

O modelo a estimar é o seguinte:

$$NMRA_i = \beta_0 + \beta_1 DIM_i + \beta_2 REND_i + \beta_3 ENDV_i + \beta_4 SetorInd_i + \beta_5 SetorSC_i + \beta_6 PPSI_i + \beta_7 SROCD_i + \beta_8 SROCP_i + \beta_9 SROCEY_i + \beta_{10} SROCK_i + \varepsilon_i$$

Capítulo III – Estudo Empírico

Neste capítulo apresentamos os resultados dos vários estudos realizados com o intuito de responder às questões de investigação definidas no capítulo anterior.

3.1 Análise descritiva

3.1.1 Setor

Na análise da composição da amostra, podemos perceber a distribuição e variedade do grupo selecionado através do número de MRA por setor.

Tabela 7 - Nº de MRA divulgados por setor

Setor	NºEmpresas	Nº MRA Divulgadas			Média MRA Empresa
		2016	2017	2018	
Financeiro	2	10	10	10	5,00
Serviços de Utilidade Pública	3	11	16	12	4,33
Telecomunicações	3	13	13	11	4,11
Industrial	10	34	40	38	3,73
Petróleo de Gás	1	4	3	4	3,67
Tecnologia	3	11	10	10	3,44
Materiais Básicos	4	14	15	10	3,25
Serviço ao Consumidor	10	31	29	27	2,90
Bens do Consumidor	2	5	7	4	2,67
<i>Soma</i>		133	143	126	
<i>Média</i>		14,78	15,89	14,00	
<i>Desvio Padrão</i>		10,00	10,94	10,57	
<i>Coefficiente de Variação</i>		0,68	0,69	0,76	

De acordo com a Tabela 7 percebemos que o setor de Bens do Consumidor tem uma média de 2,67 MRA divulgadas, sendo por isso o setor com menor número médio por empresas. E por oposição, o setor Financeiro é o setor com mais MRA divulgadas, em média por empresa, com 5 MRA.

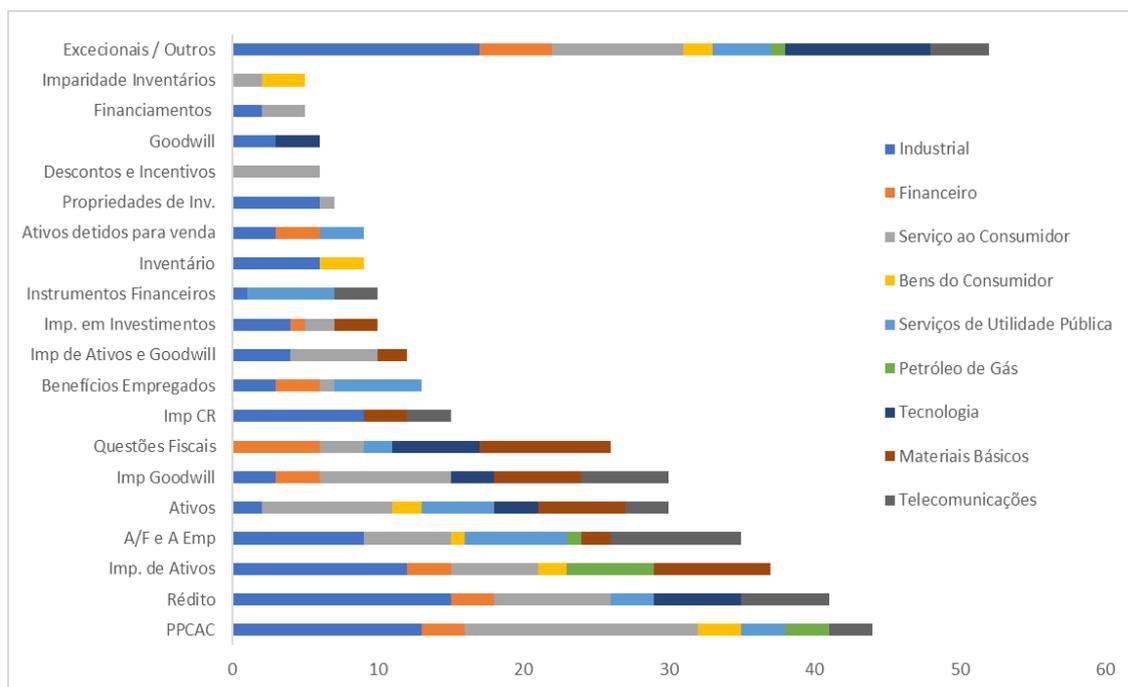
O setor de Serviço ao Consumidor, apesar de ter o maior número de empresas (a par com o setor Industrial) tem a segunda média mais baixa com 2,90 MRA divulgadas. E analisando a evolução ao longo dos anos, percebemos que o número tem vindo a diminuir.

Num panorama geral, vemos que a média das MRA tem uma variação significativa de ano para ano, especialmente pela variação do setor Industrial que agrega uma grande parte do número de empresas.

Assim sendo, em 2016 a média de MRA por setor era de 14,78 MRA com um desvio padrão de 10 MRA e um coeficiente de variação de 0,68. Já em 2017 a média subiu para 15,89 MRA, com um desvio padrão de 10,94 e um coeficiente de variação de 0,69. No último ano da

amostra a média por setor é de 14 MRA, o desvio padrão de 10.57 MRA e o coeficiente de variação é 0,76.

Gráfico 1 - Distribuição de MRA por setor



De acordo com o Gráfico 1, o setor Industrial tem o maior número de MRA registadas, bem como uma presença mais constante nas diferentes categorias de MRA. De um total de 20 categoria, apenas 3 não estão presentes no setor industrial.

De uma forma geral, as categorias de MRA estão fortemente representadas nos setores com maior número de empresas, como é o caso do Industrial e Serviço ao Consumidor. Contudo existem exceções a mencionar:

- Aquisições/Fusões e alienações estão mais presentes no setor de Telecomunicações e Serviços de Utilidade Pública;
- Questões fiscais é o tópico mais frequente nos setores Financeiro, Tecnológico e de Materiais Básicos;
- Imparidades em contas a receber só está presente em três setores: Industrial, Materiais Básicos e Telecomunicações.

Por sua vez, quando analisamos os setores e as MRA divulgadas percebemos que:

- No setor Financeiro os tópicos relacionados com questões fiscais são os mais divulgados;
- O setor de Bens do Consumidor tem uma divulgação centrada inventários e imparidade em inventários;

- O setor Serviços de Utilidade Pública tem uma maior concentração de MRA em aquisições/fusões e alienações empresariais, benefícios a empregados e instrumentos financeiros;
- No setor tecnológico, mais de uma em cada três MRA divulgadas têm carácter excecional;
- No setor de Materiais Básicos tem destaque as MRA relacionadas com imparidade de ativos e questões fiscais;
- No setor Telecomunicações têm relevância as aquisições/fusões e alienações empresariais bem como a imparidade do *Goodwill*.

Desta feita, percebemos que existem alguns padrões de relacionamento entre o tipo de MRA divulgadas face ao setor da empresa em análise. Contudo, a realidade portuguesa não apresenta dimensão quantitativa na variedade de empresas por setor. Assim, não será possível realizar testes que permitam expandir as conclusões da relação das categorias de MRA com o setor.

3.1.2 PSI-20

Analisamos de seguida as MRA divulgadas, considerando se as empresas pertencem ao PSI-20, ou não.

Tabela 8 - Nº de MRA divulgados por empresas cotadas no PSI-20

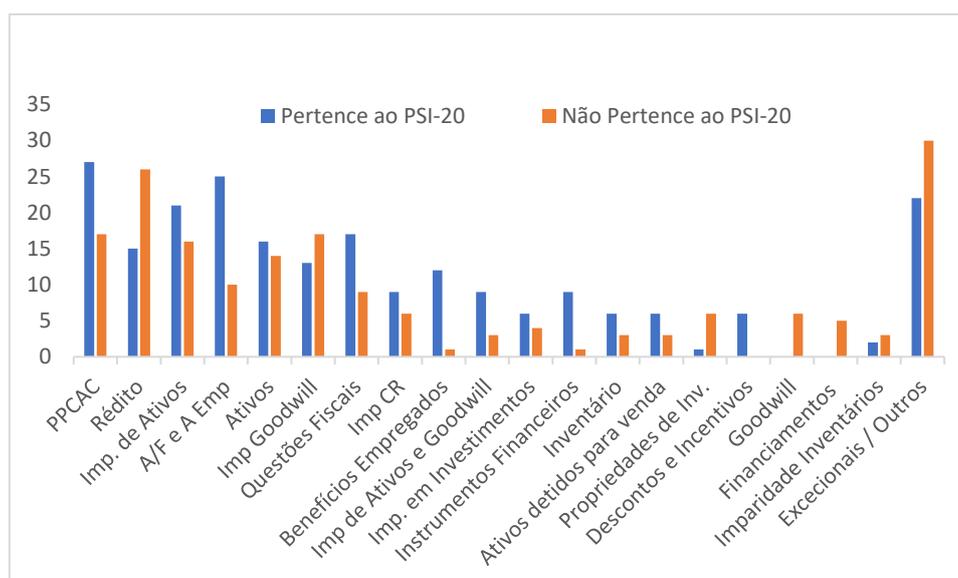
PSI-20	NºEmpresas	Nº MRA Divulgadas			Média MRA Empresa
		2016	2017	2018	
SIM	18	72	82	68	4,11
NÃO	20	61	61	58	3,00
		133	143	126	

Analisando a Tabela 8, percebemos primeiramente que a composição da amostra é equilibrada entre as empresas que pertencem e não pertencem ao PSI-20. Sendo que da amostra selecionada, 18 empresas pertencem ao PSI-20 e 20 empresas não fazem parte do índice em questão.

Verificamos também que o número médio de MRA divulgadas pelas empresas pertencentes ao PSI-20 é superior. Em média, as empresas que integram este índice apresentam mais uma MRA do que as que não pertencem.

Este dado pode ser significativo para perceber os fatores que explicam o número de MRA divulgadas nas CLC.

Gráfico 2 - Distribuição de MRA por PSI-20



Com auxílio do Gráfico 2 percebemos que as empresas pertencentes ao PSI-20 divulgam mais na maioria das categorias com exceção para Rédito, Imparidade do *Goodwill*, Propriedade de Investimentos; *Goodwill*; Financiamentos e Excepcionais/Outros.

Analisando as principais discrepâncias, as empresas que pertencem ao PSI-20 divulgam significativamente mais MRA nas categorias de Aquisição/Fusão e Alienação; Benefícios a Empregados e Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3.1.3 Sociedades Revisoras

As sociedades revisoras poder ter um papel relevante no momento de seleção das MRA, pelo que analisamos as MRA divulgadas por SROC.

Tabela 9 - Nº de MRA divulgados por SROC

SROC	2016		2017		2018		Média MRA
	Nº MRA	Empresas	Nº MRA	Empresas	Nº MRA	Empresas	
BIG-4 KPMG	14	3	20	4	15	5	4,08
PWC	49	15	47	13	47	12	3,58
Deloitte	34	9	31	8	18	7	3,46
E&Y	11	3	24	7	24	8	3,28
Moore Stephens & Associados	4	1	6	1	6	1	5,33
Lampreia,Viçoso&Associados	5	1	0	0	0	0	5,00
António Magalhães & Carlos Santos	5	1	0	0	0	0	5,00
AUREN Auditores & Associados	1	1	10	3	10	2	3,50
BDO & Associados	7	2	3	1	3	1	3,25
Oliveria,Reis &Associados, SROC, LDA.	3	1	2	1	2	1	2,33
JM Ribeiro da Cunha & Associados	0	0	0	0	1	1	1,00
	133	37	143	38	126	38	

De acordo com a Tabela 9, a PWC é a *Big-Four* com maior número de empresas para os três anos da amostra. Contudo, é apenas a segunda com maior número de MRA divulgada por

relatório, em média. O primeiro lugar é ocupado pela KPMG com mais 0,5 MRA, em média que a PWC. No total, a KPMG divulga em média 4,08 MRA por relatório.

Dentro das *Big-Four*, a que apresenta menor número médio é a EY com 3,28 MRA. Contudo, um número que não fica longe dos 3,46 MRA da Deloitte ou 3,58 da PWC. Como vimos anteriormente, o número médio de MRA registado em 2018 foi de 3,32 MRA, pelo que o resultado destas três grandes empresas de auditoria parece aceitável e dentro da média.

Relativamente às SROC que não pertencem às *Big-Four*, estas têm um número de empresas pouco significativo para uma análise individual. Pelo que se elaborou uma amostragem por empresas pertencente e não pertencentes à *Big-Four*.

Tabela 10 - *Big-Four* vs. Não *Big-Four*

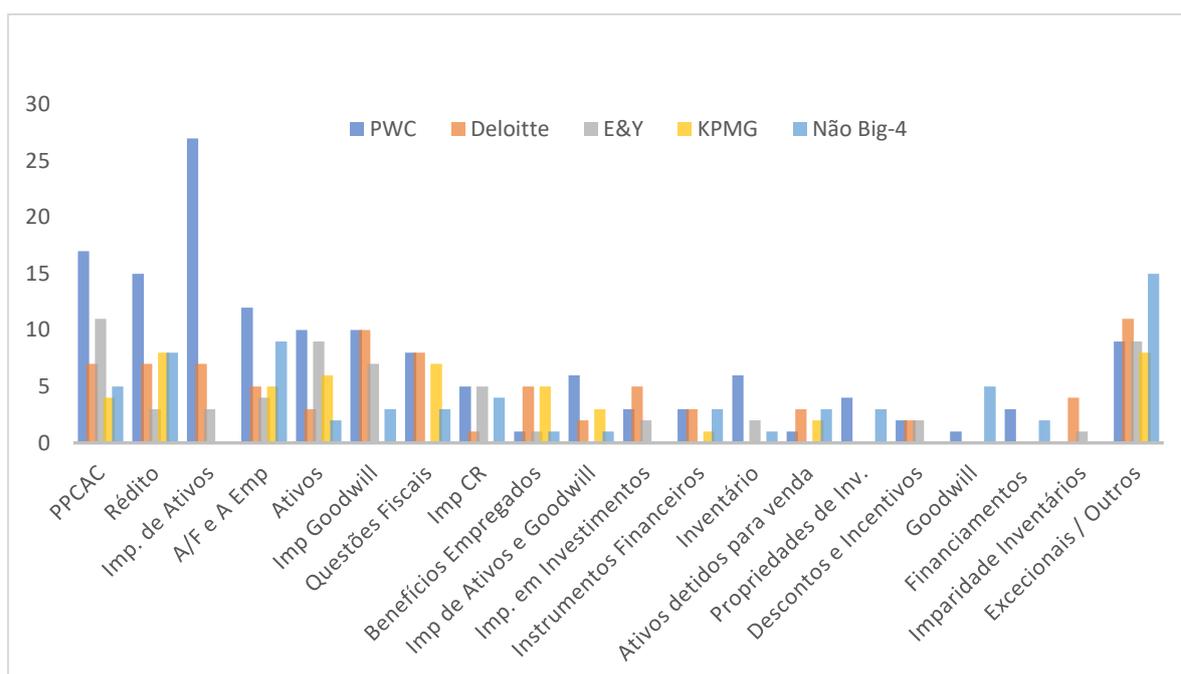
SROC	2016		2017		2018		Média MRA
	Média MRA	Empresas	Média MRA	Empresas	Média MRA	Empresas	
<i>BIG-4</i>	3,60	30	3,81	32	3,25	32	3,55
<i>Não BIG-4</i>	3,57	7	3,50	6	3,67	6	3,58

Analisando a Tabela 10 vemos que o número médio de MRA ao longo dos três anos é bastante próximo. Contudo, e analisando cada ano individualmente, percebemos que as empresas pertencentes às *Big-Four* apresentaram sempre uma média de divulgação superior, com exceção no último ano de 2018.

A tendência decrescente que o número geral de MRA apresenta tem impacto nas empresas auditadas pelas *Big-Four*. Por esse motivo, assistimos a um decréscimo da média de 3,81 MRA, em 2017, para 3,25 em 2018. Enquanto a média de MRA das empresas não pertencentes às *Big-Four* subiram para 3,67 MRA.

Numa análise mais pormenorizada é possível detetar que a PHAROL é a única empresa do PSI-20 que não é auditado por uma SROC pertencente às *Big-Four*.

Gráfico 3 - MRA por SROC



O Gráfico 3 demonstra novamente que a PWC é a empresa com maior número de MRA registadas, isto porque também apresenta o maior número de empresas auditadas.

Das vinte categorias seleccionadas para o estudo, a PWC só não registou qualquer tipo de MRA no que respeita a Imparidade de Inventários. Por isso, além de ser a que mais divulga, também é a que apresenta maior diversidade de categorias. Contudo, mais uma vez, este facto é consequência direta de esta SROC ter o maior número de clientes.

Analisando as MRA mais divulgadas pelas SROC temos:

Tabela 11 - MRA divulgada por SROC

	PWC	Deloitte	E&Y	KPMG	Não Big-4
<i>MRA mais divulgada (1)</i>	Imparidade de Ativos	Excepcionais/Outro	PPCAC	Rédito	Excepcionais/Outro
<i>MRA mais divulgada (2)</i>	PPCAC	Imparidade Goodwill	Ativos	Excepcionais/Outro	A/F e A Emp
<i>MRA menos divulgada*</i>	Imparidade de Inventários	Goodwill	Questões Fiscais	Imparidade Goodwill	Imp. de Ativos

Existe uma heterogeneidade das categorias de MRA seleccionadas pelas diferentes SROC. Apenas a categoria de Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes e Excepcionais se repetem como a mais divulgadas.

Assim sendo, a PWC, no agregado dos relatórios, divulga com mais frequência MRA relacionadas com Imparidade de Ativos e Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente.

No caso da Deloitte, apesar de a segunda MRA mais divulgada estar relacionada com a Imparidade do *Goodwill*, esta não apresenta nenhuma MRA relacionada com a mensuração ou reconhecimento do *Goodwill*.

A EY, no quesito de MRA mais divulgada, tem Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, seguida pela categoria de Ativos. No sentido oposto temos a MRA relacionada com Questões Fiscais. Sendo a única SROC que não apresentou MRA relacionadas com esta categoria.

A KPMG apresenta Rédito como a MRA mais divulgada e contrariando a concorrente Deloitte, a KPMG não apresenta nenhuma MRA relacionada com Imparidade de *Goodwill*.

3.1.4 Matérias Relevantes de Auditoria

As categorias de MRA tem o objetivo de agregar todas as MRA divulgadas em tipologias semelhantes para permitir perceber o comportamento destas.

Tabela 12 - Nº de MRA divulgadas por categoria

Categoria	Nº MRA Divulgadas			Média MRA
	2016	2017	2018	
<i>Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes</i>	14	16	14	14,67
<i>Rédito</i>	14	13	14	13,67
<i>Imparidade de Ativos</i>	12	15	10	12,33
<i>Aquisição/Fusão e Alienação empresarias</i>	10	13	12	11,67
<i>Ativos</i>	11	10	10	10,33
<i>Imparidade Goodwill</i>	11	11	8	10,00
<i>Questões Fiscais</i>	10	9	7	8,67
<i>Imparidade contas a receber</i>	5	5	5	5,00
<i>Benefícios Empregados</i>	5	4	4	4,33
<i>Imparidade de Ativos e Goodwill</i>	4	3	5	4,00
<i>Imparidade em Investimentos</i>	4	3	3	3,33
<i>Instrumentos Financeiros</i>	4	3	3	3,33
<i>Inventário</i>	3	3	3	3,00
<i>Ativos detidos para venda</i>	2	4	3	3,00
<i>Propriedades de Investimento</i>	2	2	3	2,33
<i>Descontos e Incentivos</i>	2	2	2	2,00
<i>Goodwill</i>	2	2	2	2,00
<i>Financiamentos</i>	1	2	2	1,67
<i>Imparidade Inventários</i>	2	2	1	1,67
<i>Excepcionais / Outros</i>	15	21	15	17,00
	133	143	126	

Analisando a Tabela 12 é perceptível que no caso português, a categoria Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é a MRA mais divulgada com uma média de 14,67. Em

seguida temos o Rédito e a Imparidade de Ativos com 13,67 MRA e 12,33 MRA médios respetivamente.

Esta amostragem apresenta dados idênticos aos expostos na revisão de literatura e percebemos uma homogeneidade global referente às categorias de MRA mais selecionadas.

Contudo, analisamos de seguida o impacto das Imparidades.

Tabela 13 - MRA com a categoria Imparidade

Categoria - Imparidade	N� MRA Divulgadas			Média MRA
	2016	2017	2018	Média
<i>Imparidade de Ativos</i>	12	15	10	12,33
<i>Imparidade Goodwill</i>	11	11	8	10,00
<i>Imparidade contas a receber</i>	5	5	5	5,00
<i>Imparidade de Ativos e Goodwill</i>	4	3	5	4,00
<i>Imparidade em Investimentos</i>	4	3	3	3,33
<i>Imparidade Inventários</i>	2	2	1	1,67
	38	39	32	
Peso do total da Imparidades no total MRA	29%	27%	25%	

Através da Tabela 13, percebemos o impacto dominante das imparidades no contexto português. No ano da implementa o, o número de MRA divulgadas que estavam relacionadas com imparidade era de 38 MRA. O número exato da dimensão da amostra. Significa isto que no ano da implementa o, em média, todas as empresas tinham 1 categoria relacionada com imparidade.

Apesar do impacto das imparidades ter vindo a diminuir nas MRA divulgadas, no último ano de estudo, uma em cada quatro MRA divulgadas eram referentes a imparidade de ativos.

Por este motivo, foi op o segmentar a temática da imparidade por diversas subcategorias dentro do tema das imparidades, conforme já referido. Assim, podemos ter uma no o mais abrangente e pormenorizada do tipo de Imparidade que   mais utilizada e por quem.

Destaque final para a existência de MRA que combinam Imparidades de Ativos e Imparidade de *Goodwill*. Apesar de existirem categorias individuais para Imparidade de Ativos e Imparidade *Goodwill*, no caso de estas serem divulgadas conjuntamente, elas serão abordadas de forma conjunta, contabilizando apenas como 1 MRA divulgada no relatório, tal como o foi pela sociedade revisora.

3.2 Análise da Altera o do Auditor

Segundo Melo (2014), após a rota o da SROC verifica-se uma altera o dos relatórios para um menor número de reservas. Ou uma transforma o de algumas reservas em  nfases.

Com intuito de perceber as conclusões do estudo de Melo (2014) são equivalentes em termos de MRA divulgadas, iremos analisar a 2ª hipótese de estudo que pretende perceber se há alteração do número e tipo de MRA após a rotação da SROC.

Para isso, criamos três variáveis *dummy*:

- Alterou de SROC (ASROC) –1 se a empresa alterou de auditor no período de análise, 0 em caso contrário;
- Alterou o número de MRA (ANMRA) –1 se a empresa alterou o número de MRA, 0 em caso contrário;
- Alterou a composição das MRA (ACMRA) –1 se a empresa alterou a composição das MRA, caso contrário.

Assim sendo, será objetivo perceber se quando altera o auditor existe também uma alteração significativa das MRA divulgadas, em número, ou conteúdo. Para isso, serão elaborados testes estatísticos, nomeadamente o teste de Qui-Quadrado com suporte do programa SPSS.

Os requisitos para o teste do qui-quadrado são (Pestana & Gageiro, 2003):

- No máximo 20% dos dados podem ter valor esperado inferior a 5;
- O valor esperado mínimo não pode ser inferior a 1.

3.2.1 Análise da relação entre a alteração do número de MRA e a alteração da SROC

De acordo com a Tabela 14, o teste efetuado cumpre os requisitos. Ou seja, o valor mínimo esperado é de 5,88, o que prova simultaneamente ser superior a 1 e haver 0% de casos inferior a 5.

Tabela 14 - Qui-Quadrado ANMRA com ASROC

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	24,587 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	21,964	1	,000		
Razão de verossimilhança	23,003	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Associação Linear por Linear	24,370	1	,000		
N de Casos Válidos	113				

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,88.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Assim sendo, com um nível de significância de 0,000 (<0,05) podemos rejeitar H0 pois existe efetivamente uma associação entre as duas variáveis. E tal como podemos observar na Tabela 15, o valor de FI apresenta uma relação de 46,6% entre as variáveis.

Tabela 15 - Medidas de Simetria - valor de FI

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,466	,000
	V de Cramer	,466	,000
	Coefficiente de contingência	,423	,000
N de Casos Válidos		113	

Com recurso a Tabela 16 e os valores residuais ajustados, conseguimos perceber a intensidade da relação. O valor esperado para alteração do número de MRA com alteração de SROC é de 5,9 registos, e o valor observado foi de 15. Num total de 19 alteração de SROC, 15 optaram por alterar o número de MRA divulgadas. Por isso, existe uma perceptível relação entre as variáveis.

Tabela 16 - Tabela cruzada Alteração NMRA e Alteração SROC

			ASROC		Total
			Não	Sim	
ANMRA	Não	Contagem	74	4	78
		Contagem Esperada	64,9	13,1	78,0
		Resíduos ajustados	5,0	-5,0	
	Sim	Contagem	20	15	35
		Contagem Esperada	29,1	5,9	35,0
		Resíduos ajustados	-5,0	5,0	
Total	Contagem	94	19	113	
	Contagem Esperada	94,0	19,0	113,0	

3.2.2 Análise da relação entre a alteração da composição das MRA e a alteração da SROC

De acordo com a Tabela 17, o teste efetuado cumpre os requisitos com um valor mínimo esperado de 7,90, não havendo por isso casos registrados com valores inferiores a 5. Além disso, temos que o nível de significância é 0,000 ($<0,005$). Podemos por isso rejeitar H_0 , pois existe uma relação entre ambas as variáveis com FI explicativo de 43,7%, tal como indica a Tabela 18.

Tabela 17 - Qui-Quadrado ACMRA com ASROC

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	21,555 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	19,250	1	,000		
Razão de verossimilhança	22,924	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Associação Linear por Linear	21,364	1	,000		
N de Casos Válidos	113				

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7,90.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Tabela 18 - Medidas de Simetria - valor de FI

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,437	,000
	V de Cramer	,437	,000
	Coefficiente de contingência	,400	,000
N de Casos Válidos		113	

De acordo com a Tabela 19, percebemos que das 19 alterações de auditor, em 17 casos houve alteração da composição da MRA divulgadas. E se repararmos a contagem esperada para a alteração positiva das duas variáveis, percebemos que era esperado 7,9 registros afirmativos e a contagem obtida foi de 17 com um resíduo ajustado significativo de 4,6.

Tabela 19 - Tabela cruzada Alteração CMRA e Alteração SROC

		ASROC		Total	
		Não	Sim		
Alteração CMRA	Não	Contagem	64	2	66
		Contagem Esperada	54,9	11,1	66,0
		Resíduos ajustados	4,6	-4,6	
	Sim	Contagem	30	17	47
		Contagem Esperada	39,1	7,9	47,0
		Resíduos ajustados	-4,6	4,6	
Total	Contagem	94	19	113	
	Contagem Esperada	94,0	19,0	113,0	

Em suma, os resultados obtidos do teste de Qui-Quadrado demonstram que existe uma associação significativa entre a alteração do SROC e as MRA. E essa associação existe com a alteração do número de MRA divulgadas e também o tipo/categoria de MRA divulgada.

Podemos por isso assumir que existe uma independência entre as sociedades revisoras, dado que não se vinculam os pareceres da auditoria atual aos pareceres das auditorias anteriores de outros auditores.

3.3 Análise do número de Matérias Relevantes Auditoria

3.3.1 Análise Bivariada

Antes de realizar a análise bivariada e multivariada é importante estudar a eventual existência de *outliers*, isto é, de dados extremos que influenciam erradamente a amostra.

3.3.1.1 Análise de Outliers da Amostra

Os *outliers* podem ser apenas variáveis singulares – *univariate outlier*, ou combinações irregulares – *multivariate outliers* – que prejudicam os resultados da análise (Tabachnick & Fidell, 2001).

Relativamente aos *univariate outliers*, Tabachnick e Fidell (2001) afirmam que variáveis contínuas com valores Z superiores a 3,29 são considerados *outliers*. Assim, os valores estandardizados acima deste limite serão eliminados. Contudo, antes da sua eliminação será efetuada a análise dos *multivariate outliers*, pois na situação de se tratar de um caso *outlier*, a análise será efetuada a nível do caso e não da variável individual.

Para estudar *multivariate outliers*, os autores Tabachnick e Fidell (2001) sugerem a distância de Mahalanobis – distância do caso face ao centro dos outros casos, sendo estes a interseção das médias. Para calcular esta distância iremos utilizar a distribuição do Qui-Quadrado. Em suma, os resultados com *p-value* < 0,001 e 8 graus de liberdade – número de variáveis em análise, serão considerados casos *outliers* e por isso eliminados.

Assim, efetuamos a análise dos *univariate outliers* e *multivariate outliers* para as seguintes variáveis: Rendimento (REND); Endividamento (ENDV) e Dimensão (DIM).

A análise do *univariate outliers* indica que no geral existem 7 variáveis outliers. Estes *outliers* encontram-se na variável REND (2), na variável ENDV (3) e na variável DIM (2). Contudo, os *outliers* existentes para a variável ENDV pertencem à mesma empresa. Facto semelhante acontece com a variável DIM, contudo sendo as empresas diferentes entre as variáveis. Ou seja, apesar de ser a mesma empresa, nenhuma apresenta *outliers* em duas ou mais variáveis.

Gráfico 4 - Outliers na variável REND

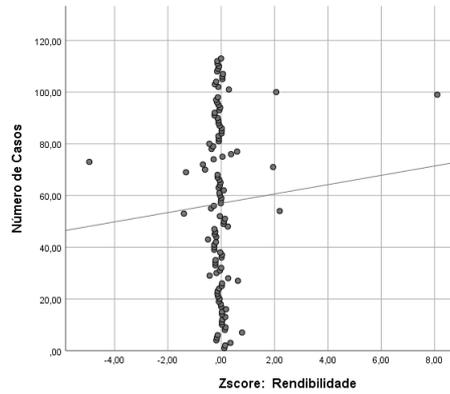


Gráfico 5 - Outliers variável ENDV

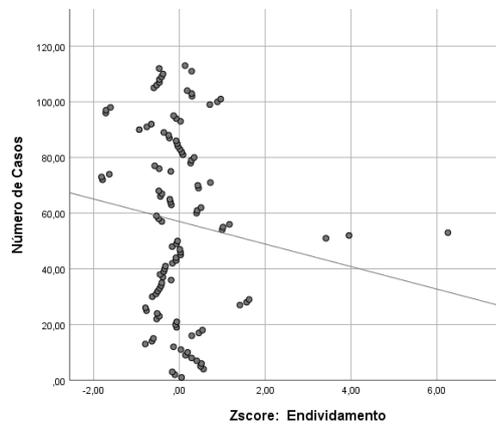
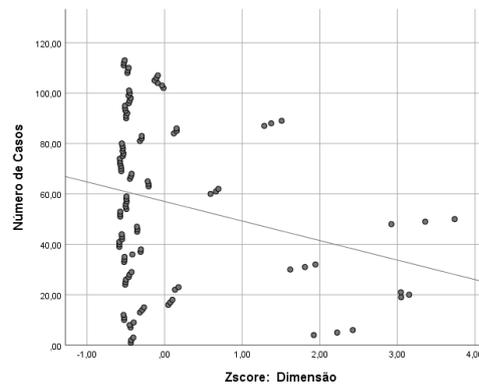


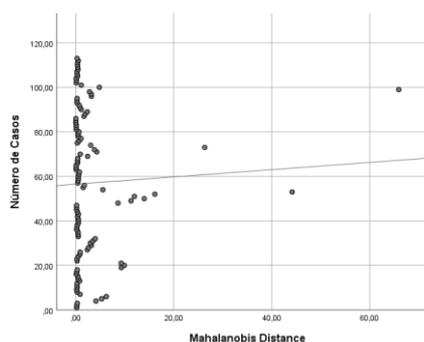
Gráfico 6 - Outliers variável DIM



Os gráficos 4, 5 e 6 mostram o número e impacto dos *univariate outlier* no estudo. De referir que a variável REND apresenta a maior concentração, seguida por a variável ENDV. A variável DIM apresentada no gráfico 6 é menos concentrada que as anteriores. Isto deve-se ao facto de esta variável resultar da análise ACP que engloba por sua vez 3 outras variáveis numa só.

Passando para a análise dos *multivariate outliers*, percebemos através do gráfico 7 que existem 3 casos. Estes casos vão ao encontro dos *outliers* da variável REND (2) e variável END (1).

Gráfico 7 - Multivariate Outlier



Com intuito de tornar a amostra mais coesa, iremos eliminar os casos identificamos da análise multivariada. Assim sendo, a observação Lisgráfica para o ano 2018; a observação Pharol 2017 e a observação Sporting Clube de Portugal 2016, serão eliminadas do grupo da amostra.

Manteremos, contudo, os *outliers* da variável DIM (2) e da variável ENDV (2) por não apresentarem impacto significativo ao nível de casos *outliers*, pelo que a sua exclusão diminuiria ainda mais o número da amostra.

3.3.1.2 Análise de correlações entre o número de MRA e as variáveis independentes

Com intuito de perceber a relação existente entre o número de MRA divulgadas e as variáveis independentes, iremos elaborar uma análise de correlações entre a variável dependente (NMRA) com as variáveis independentes de forma individual.

3.3.1.2.1 Análise de correlações entre o número de MRA e a rentabilidade, endividamento e dimensão

Devido à dualidade dos dados da amostra, que é composta por variáveis ordinais e contínuas, iremos optar por realizar testes não paramétricos com a adoção do método de correlação de *Spearman*.

Relativamente à correlação entre o número de MRA e rentabilidade, a Tabela 20 exhibe a correlação entre as duas variáveis. E com um nível de significância de 0,267 ($>0,05$) não rejeitamos a hipótese H_0 . Ou seja, não há relação entre o número de MRA divulgadas e a rentabilidade da empresa.

Tabela 20 - Correlação entre NMRA e REND

			Número de MRA	Rendibilidade
rô de Spearman	Número de MRA	Coefficiente de Correlação	1,000	-,107
		Sig. (2 extremidades)	.	,267
		N	110	110
	Rendibilidade	Coefficiente de Correlação	-,107	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,267	.
		N	110	110

Relativamente à correlação entre o número de MRA e o endividamento, a Tabela 21 demonstra que, com um nível de significância de 0,074 ($>0,05$), não rejeitamos H_0 . Desta feita, concluímos que o endividamento não tem relação significativa com o número de MRA.

Tabela 21 - Correlação entre NMRA e ENDV

			Número de MRA	Endividamento
rô de Spearman	Número de MRA	Coefficiente de Correlação	1,000	,171
		Sig. (2 extremidades)	.	,074
		N	110	110
	Endividamento	Coefficiente de Correlação	,171	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,074	.
		N	110	110

Relativamente à correlação entre o número de MRA e o a dimensão, a Tabela 22 apresenta uma correlação significativa com p-value igual a 0,000 e *rô de Spearman* de 0,463. Uma correlação que apesar de fraca é existente e positiva. Significa isto que rejeitamos H_0 , pois existe uma relação entre as variáveis, em que quanto maior é a dimensão da empresa maior o número de MRA divulgadas.

Tabela 22 - Correlação entre NMRA e DIM

		Número de MRA	Dimensão
rô de Spearman	Número de MRA	1,000	,463**
			,000
	N	110	110
Dimensão		,463**	1,000
		,000	.
	N	110	110

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

3.3.1.2.2 Tabelas cruzadas entre o número de MRA e pertencer a PSI-20, setor industrial e SROC

Com intuito de apurar a relação entre a variável NMRA e as restantes variáveis nominais iremos utilizar a ferramenta de Tabelas cruzadas com o teste do Qui-Quadrado. Tendo por isso em atenção aos requisitos do qui-quadrado:

- No máximo 20% dos dados podem ter valor esperado inferior a 5;
- O valor esperado mínimo não pode ser inferior a 1.

Numa análise preliminar, nenhuma variável cumpria os requisitos descritos. Assim sendo, reduzimos o número de categorias a que podem pertencer as empresas, agrupando numa categoria as empresas com 1 ou 2 MRA e noutra categoria as empresas que têm 6, ou mais, MRAs. A Tabela 23 demonstra o resultado da variável, que conta agora com 5 categorias ordenadas pelo número de MRA divulgadas, representando uma variável ordinal.

Tabela 23 - Composição da variável dependente NMRA

	Nº Casos
≤ 2 MRA	28
= 3 MRA	33
= 4 MRA	18
= 5 MRA	16
≥ 6 MRA	15
<i>Amostra Total</i>	110

Relativamente à associação entre o número de MRA e pertencer ao PSI-20, de acordo com a Tabela 24, percebemos que os requisitos são cumpridos (valor mínimo esperado é igual a 7,09) e por isso podemos avançar com a análise de Qui-Quadrado.

O nível de significância é 0,001 (<0,05), podemos rejeitar H0 pois existe relação entre o Número de MRA divulgadas e o facto de pertencer ao PSI20.

Tabela 24 - Teste Qui-Quadrado MRA e PPSI20

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	17,275 ^a	4	,002
Razão de verossimilhança	18,241	4	,001
Associação Linear por Linear	16,745	1	,000
N de Casos Válidos	110		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7,09.

Tabela 25 - Medidas direcionais NMRA e PPSI20

	Eta	Valor
Nominais por intervalo		,392
		,396

De acordo com a Tabela 26, temos que os valores registados para as empresas que não pertencem ao PSI-20 e apresentam 2 ou menos MRA foi de 22, sendo que era esperado 14,8. Podemos por isso dizer que o facto de as empresas não pertencerem ao PSI-20 faz com que tenham menos MRA divulgadas. E pelo contrário, o valor esperado para empresas que pertencem ao PSI-20 e têm igual, ou mais, de 6 MRA era de 7,1, sendo que foram registadas 12 ocorrências, mostrando que o facto de as empresas pertencerem ao PSI-20 faz com que apresentem mais MRA do que o esperado.

Tabela 26 - Tabela Cruzada NMRA e PPSI20

		Número de MRA					Total	
		<= 2MRA	=3MRA	=4MRA	=5MRA	>=6MRA		
Pertence PSI-20	Não	Contagem	22	19	9	5	3	58
		Contagem Esperada	14,8	17,4	9,5	8,4	7,9	58,0
		Resíduos ajustados	3,2	,7	-,3	-,9	-,7	
	Sim	Contagem	6	14	9	11	12	52
		Contagem Esperada	13,2	15,6	8,5	7,6	7,1	52,0
		Resíduos ajustados	-,3,2	-,7	,3	1,9	2,7	
Total	Contagem	28	33	18	16	15	110	
	Contagem Esperada	28,0	33,0	18,0	16,0	15,0	110,0	

Relativamente à associação entre o número de MRA e pertencer ao setor industrial, de acordo com a Tabela 27 percebemos que estes dados não cumprem os requisitos necessários. Não só 30% dos dados têm valor esperado inferior a 5, como o número mínimo esperado é 3,95.

Tabela 27 - Teste Qui-Quadrado NMRA e SetorIND

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	2,271 ^a	4	,686
Razão de verossimilhança	2,171	4	,704
Associação Linear por Linear	1,345	1	,246
N de Casos Válidos	110		

a. 3 células (30,0%) esperavam uma contagem menor que 5.
A contagem mínima esperada é 3,95.

Assim sendo, este teste não poderá ser elaborado.

Relativamente à associação entre o número de MRA e pertencer ao setor serviços do consumidor, a semelhança dos resultados obtidos no teste anterior, a Tabela 28 que apresenta os resultados do teste Qui-Quadrado para a variável SetorSC, não cumpre os requisitos necessários para podermos extrair conclusões válidas.

Tabela 28 - Teste Qui-Quadrado NMRA e SetorSC

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	15,983 ^a	4	,003
Razão de verossimilhança	17,383	4	,002
Associação Linear por Linear	9,666	1	,002
N de Casos Válidos	110		

a. 3 células (30,0%) esperavam uma contagem menor que 5.
A contagem mínima esperada é 3,95.

Relativamente à associação entre o número de MRA e a auditoria ser realizada por uma *Big-Four*, de acordo com a Tabela 29, percebemos que os requisitos não são cumpridos, porque 40% das células têm uma contagem menor que 5, sendo que contagem mínima espera é de 2,45.

Assim sendo, este teste não poderá ser aplicado.

Tabela 29 - Teste Qui-Quadrado NMRA e SROCB4

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	1,984 ^a	4	,739
Razão de verossimilhança	2,137	4	,711
Associação Linear por Linear	,327	1	,567
N de Casos Válidos	110		

a. 4 células (40,0%) esperavam uma contagem menor que 5.
A contagem mínima esperada é 2,45.

3.3.2 Análise Multivariada

Após elaboração e análise dos resultados da análise bivariada, apresentamos os resultados da regressão linear múltipla com as características empresariais previamente descritas como variáveis independentes e o número de MRA como variável dependente. O principal objetivo é perceber se as variáveis independentes são fatores explicativos do número de MRA que são divulgadas pelos auditores.

A utilização do modelo de regressão linear múltipla exige que se cumpram vários pressupostos (Gujarati, 1995):

- Resíduos com distribuição normal;
- Haver Homocedasticidade;
- Resíduos aleatórios – sem correlação;
- Não existir multicolinearidade.

O modelo a estimar é o seguinte:

$$NMRA_i = \beta_0 + \beta_1 DIM_i + \beta_2 REND_i + \beta_3 ENDV_i + \beta_4 SetorInd_i + \beta_5 SetorSC_i + \beta_6 PPSI_i + \beta_7 SROCD_i + \beta_8 SROCP_i + \beta_9 SROCEY_i + \beta_{10} SROCK_i + \epsilon_i$$

3.3.1 Análise dos Resultados

Os resultados obtidos do modelo expostos na Tabela 30, demonstram que 34% da variabilidade da variável NMRA é explicada pelas variáveis independentes do modelo. A mesma Tabela tem um *p-value* significativo (0,000), pelo que podemos aceitar o modelo.

Tabela 30 - Resumo do Modelo

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics					Durbin-Watson
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change	
1	,583 ^a	,340	,273	1,167	,340	5,099	10	99	,000	,966

a. Predictors: (Constant), SROC=KMPG, Setor Industrial, Rendibilidade, Dimensão, SROC=E&Y, SROC=Deloitte, Endividamento, Setor Serviços Consumidor, Pertence PSI-20, SROC=PWC

b. Dependent Variable: Número de MRA

Após verificar que o modelo é significativo, a Tabela 31 demonstra que existem quatro variáveis independentes que são significativas na explicação do modelo.

Tabela 31 - Coeficientes

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	2,336	,408		5,722	,000		
	Dimensão	,406	,135	,300	3,011	,003	,674	1,484
	Endividamento	,670	,438	,147	1,530	,129	,719	1,390
	Rendibilidade	,380	,427	,077	,890	,376	,880	1,137
	Setor Industrial	,120	,318	,039	,377	,707	,629	1,590
	Setor Serviços Consumidor	-,724	,306	-,234	-2,365	,020	,679	1,472
	Pertence PSI-20	,805	,303	,295	2,657	,009	,542	1,847
	SROC=Deloitte	-,388	,397	-,118	-,977	,331	,459	2,178
	SROC=PWC	-,531	,358	-,185	-1,483	,141	,427	2,342
	SROC=E&Y	-,924	,445	-,251	-2,078	,040	,457	2,186
	SROC=KMPG	-,484	,465	-,111	-1,040	,301	,588	1,700

a. Dependent Variable: Número de MRA

A dimensão é uma variável explicativa significativa ($p\text{-value} = 0,003$) com um coeficiente positivo que indica que quanto maior a dimensão da empresa, maior é o número de MRA divulgadas. O setor Serviços ao Consumidor é outra variável significativa do modelo ($p\text{-value}=0,020$) com uma relação negativa, ou seja, as empresas que pertencem ao setor dos Serviço ao Consumidor têm menos MRA divulgadas. As empresas que pertencem ao PSI-20 ($p\text{-value} = 0,09$) têm mais MRA divulgadas, comparando com as empresas que não pertencem. Por último, temos a variável da SROCEY ($p\text{-value}=0,04$), com uma relação negativa que demonstra que as empresas que são auditadas pela EY têm menos MRA divulgadas.

Efetuamos a verificação dos pressupostos da regressão linear múltipla, concluímos que:

- Os testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk são opostos nos resultados. Enquanto o teste de Kolmogorov não rejeita a hipótese nula de normalidade dos resíduos para um nível de significância de 5% ($p\text{-value}=0,08$); Shapiro-Wilk rejeita a normalidade dos resíduos com um nível de significância de 0,008.

Tabela 32 - Normalidade da Distribuição dos resíduos

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Standardized Residual	,080	110	,083	,967	110	,008

a. Lilliefors Significance Correction

Gráfico 8 - Regressão resíduos padronizados

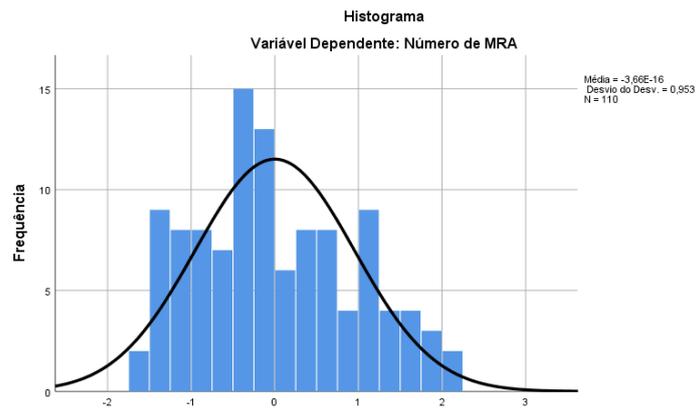
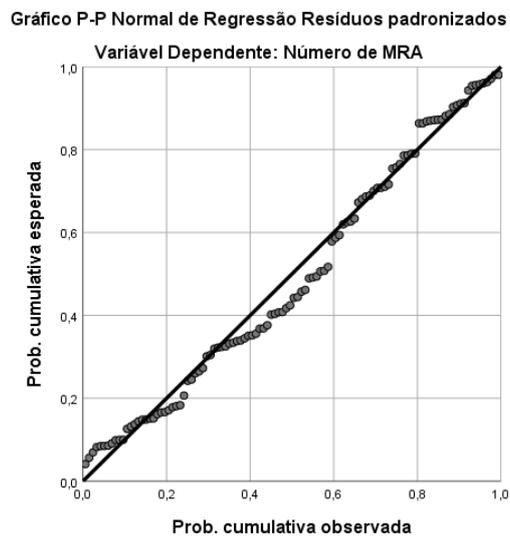
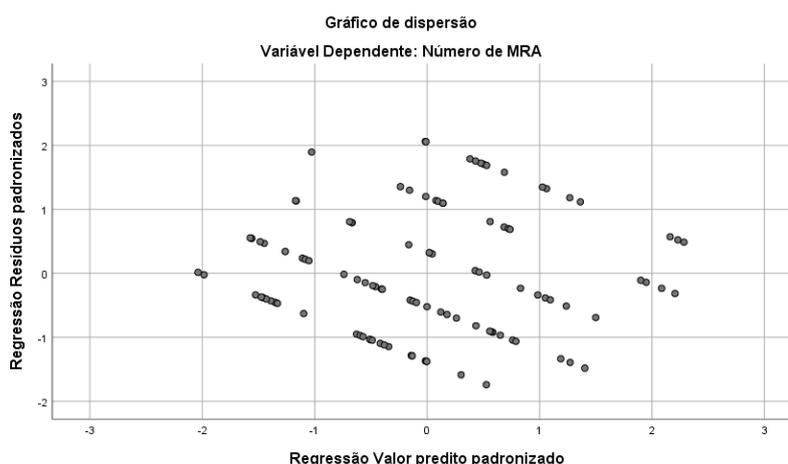


Gráfico 9 - Probabilidade cumulativa dos resíduos esperados com os resíduos observados



- O gráfico 10 expõem a relação dos resíduos observados por resíduos previstos para prever a heterocedasticidade do modelo. Assim sendo, podemos ver que os pontos do gráfico apresentam um padrão bem definido rejeitando a existência de Homocedasticidade.

Gráfico 10 - Distribuição do valor dos resíduos face aos valores preditos



Com intuito de ultrapassar o problema da heterocedasticidade foi utilizado a matriz de variâncias e covariâncias corrigidas de *White*, que corrige os desvios padrão para obter um nível de significância das variáveis que pode ser extrapolado da amostra. Com recurso ao programa *Eviews*, foi obtida a Tabela 33 que retrata o modelo corrigido de heterocedasticidade.

Tabela 33 - Resultados do modelo com heterocedasticidade corrigida através da estimação da matriz de *White*

$$\text{NMRA} = \text{C}(1) + \text{C}(2) * \text{DIM} + \text{C}(3) * \text{REND} + \text{C}(4) * \text{ENDV} + \text{C}(5) * \text{SetorInd} + \text{C}(6) * \text{SetorSC} + \text{C}(7) * \text{PPSI} + \text{C}(8) * \text{SROCD} + \text{C}(9) * \text{SROCP} + \text{C}(10) * \text{SROCEY} + \text{C}(11) * \text{SROCK}$$

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C(1)	2.336083	0.449119	5.201481	0.0000
C(2)	0.406039	0.132483	3.064845	0.0028
C(3)	0.380144	0.391751	0.970373	0.3342
C(4)	0.669959	0.412160	1.625482	0.1072
C(5)	0.120077	0.297019	0.404274	0.6869
C(6)	-0.724452	0.320249	-2.262152	0.0259
C(7)	0.804596	0.301599	2.667764	0.0089
C(8)	-0.388316	0.408304	-0.951045	0.3439
C(9)	-0.531118	0.390622	-1.359671	0.1770
C(10)	-0.924089	0.459770	-2.009895	0.0472
C(11)	-0.483976	0.455696	-1.062058	0.2908
R-squared	0.339943	Mean dependent var	2.609091	
Adjusted R-squared	0.273271	S.D. dependent var	1.368690	
S.E. of regression	1.166786	Akaike info criterion	3.241023	
Sum squared resid	134.7776	Schwarz criterion	3.511071	
Log likelihood	-167.2563	Hannan-Quinn criter.	3.350556	
F-statistic	5.098708	Durbin-Watson stat	0.965696	
Prob(F-statistic)	0.000006			

Os resultados obtidos deste modelo corrigido vão ao encontro do exposto previamente. As variáveis Dimensão, setor de Serviços Consumidor, pertencente ao PSI 20 e *Big-Four* EY continuam a ser as únicas com significância estatística.

- O teste de Durbin Watson realizado na Tabela 34 demonstra que o valor obtido de 0,966 é inferior ao aceitável. Pelo que o requisito de correlação de resíduos não é cumprido.

Tabela 34 - Durbin Watson teste

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Mudança de R quadrado	Estatísticas de mudança			Sig. Mudança F	Durbin-Watson
						Mudança F	df1	df2		
1	,583 ^a	,340	,273	1,167	,340	5,099	10	99	,000	,966

a. Preditores: (Constante), SROC=KMPG, Setor Industrial, Rendibilidade, Dimensão, SROC=E&Y, SROC=Deloitte, Endividamento, Setor Serviços Consumidor, Pertence PSI-20, SROC=PWC

b. Variável Dependente: Número de MRA

- Por último, a Tabela 35 apresenta um *Variance Inflation Factor* (VIF) inferior a 10 e uma tolerância superior a 0,1, pelo que podemos admitir que não existe multicolinearidade.

Tabela 35 - Teste de Multicolinearidade

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
		B	Erro Erro	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	2,336	,408		5,722	,000		
	Dimensão	,406	,135	,300	3,011	,003	,674	1,484
	Endividamento	,670	,438	,147	1,530	,129	,719	1,390
	Rendibilidade	,380	,427	,077	,890	,376	,880	1,137
	Setor Industrial	,120	,318	,039	,377	,707	,629	1,590
	Setor Serviços Consumidor	-,724	,306	-,234	-2,365	,020	,679	1,472
	Pertence PSI-20	,805	,303	,295	2,657	,009	,542	1,847
	SROC=Deloitte	-,388	,397	-,118	-,977	,331	,459	2,178
	SROC=PWC	-,531	,358	-,185	-1,483	,141	,427	2,342
	SROC=E&Y	-,924	,445	-,251	-2,078	,040	,457	2,186
	SROC=KMPG	-,484	,465	-,111	-1,040	,301	,588	1,700

a. Variável Dependente: Número de MRA

3.3.3 Súmula dos resultados

Após a realiza o dos múltiplos testes e análises que confrontaram as diversas variáveis independentes com a nossa variável dependente NMRA, podemos retirar diversas conclusões.

A análise descritiva revelou que o tema da imparidade de ativos concentra o maior número de MRAS. Constatou-se, também, que a altera o do auditor está associada   altera o do número de MRA e   altera o do conteúdo das mesmas. A análise das correla es revelou que existe uma correla o positiva entre o número de MRA e a dimensão da empresa. A análise de Tabelas cruzadas evidenciou que existe uma rela o entre o número de MRA divulgadas e o facto de a empresa pertencer ao PSI-20.

O facto de a dimensão, e pertencer ao PSI 20, serem significantes na análise, permite perceber que as grandes empresas implicam uma maior aten o dos auditores, o que se traduz num maior número de MRA.

Esta rela o positiva também está presente na regressão linear múltipla onde ambas as variáveis aparecem como significativas, confirmando que quanto maior a empresa, maior   o número de MRA divulgadas e que as empresas que pertencem ao PSI-20 têm mais MRA divulgadas do que as empresas que não pertencem. Tal permite confirmar as hipóteses H1 e H4.

Adicionalmente, esta análise revelou que as empresas que pertencem ao setor dos Serviços ao Consumidor divulgam menos MRA do que as que não pertencem, contrariando a hipótese H5.2. Ao contrário do esperado, por este tipo de setor se caracterizar por atividades mais complexas, nomeadamente por poderem ter mais responsabilidades contratuais, as empresas em estudo apresentaram menos MRA do que as que pertencem aos restantes setores. Tal pode dever-se ao facto de os outros setores acabarem por ter atividades ainda mais complexas em termos de auditoria do que as empresas deste setor e, por isso, apresentarem mais MRA.

Relativamente  s *Big-Four*, constatamos que as empresas que são auditadas pela EY têm menos MRA divulgadas nas CLC do que as restantes empresas, confirmando a hipóteses H6.3.

Conclusão

A ISA 701 surgiu de uma necessidade de melhorar a credibilidade do auditor. A modificação dos relatórios era necessária para os *stakeholders* que precisavam de um formato da CLC diferente do modelo ultrapassado e associado a casos de corrupção.

A adoção da ISA permitiu aumentar a informação disponível nas CLC que clarifica de modo mais pormenorizado a forma como a auditoria foi desempenhada. Contudo, esta adição de informação levanta diversos problemas ao auditor, nomeadamente ao nível da subjetividade na redação do relatório (Rodrigues, 2017). Além da complexidade existente na auditoria em si, o auditor tem de ter especial atenção no momento da realização das CLC. Existem dois pontos que foram destacados ao longo da revisão da literatura: a literacia dos utilizadores da informação (ACCA, 2018) e a necessidade de manter a confidencialidade de assuntos sensíveis da empresa (Vanstraelen et al, 2011). Estes são temas sensíveis que dificultam o teor da composição do relatório devido à complexidade da seleção do vocabulário a utilizar de forma a não tornar mais complexa a leitura de utilizadores que desconheçam conceitos financeiros e contabilísticos. Adicionalmente, a seleção das matérias a divulgar e a explicação de como foram abordadas têm de ser tratadas com extremo cuidado para não colidir com a confidencialidade e com a responsabilidade de não divulgar informação crítica sobre o cliente.

De forma geral, a literatura considera a inclusão das MRA positiva. O FRC (2016), Sahyda (2019) e Löw e Mollenhauer (2019), entre outros, elogiaram a utilidade da informação resultante da implementação da ISA 701, por restabelecer a imagem do auditor e expandir a informação e dados prestados. Contudo, Arefaine e Dogan (2017), Bédard et al. (2014) e Pereira (2019) realçam o facto de que esta medida não resultou em nenhum incremento significativo no mercado bolsista, ou seja, a nova informação não gerou receitas adicionais ou comportamentos diferentes nas bolsas analisadas.

Relativamente ao estudo empírico realizado nesta dissertação, dos resultados obtidos à primeira questão de investigação, que pretendia fazer um levantamento da divulgação das MRA em Portugal dos últimos três anos, concluímos que existe uma similaridade entre os dados obtidos e os dados expostos na literatura que resultam de estudos similares noutros locais. Assim sendo, o número médio das MRA em Portugal situa-se entre as 3 e as 4 MRA, o que não difere de modo significativo dos números apresentados pelo FRC (2016) e pela ACCA (2018) para os países desenvolvidos. Contudo, existe uma diferença com os dados também obtidos pela ACCA (2018) e Sahyda (2019), mas desta feita nos países em desenvolvimento, que apresentam valores inferiores a 3 MRA.

No que se refere aos setores, os setores das Telecomunicações, Financeiro e Serviços de utilidade pública, registaram a maior média de MRA, o que também está em sintonia com os dados recolhidos pelo FRC (2016), Pereira (2019) e pela ACCA (2018). Ao nível do PSI-20, a análise descritiva permitiu detetar que existe em média mais 1 MRA divulgada pelas empresas

que pertencem ao maior índice nacional, o PSI-20. No quesito SROC, a KPMG é a sociedade revisora que mais matérias divulga em Portugal e não existem diferenças significativas no número médio de MRA divulgadas por *Big-Four* e não *Big-Four*. Por último, na análise descritiva identificamos as categorias de MRA mais divulgadas, sendo que Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Imparidade de Ativos, Imparidade do *Goodwill* e Questões fiscais são as mais divulgadas pelas SROC no contexto nacional e, mais uma vez, temos uma sintonia com os dados obtidos pelo FRC (2016).

De uma forma geral, a análise descritiva revela uma semelhança entre o comportamento das MRA divulgadas ao nível nacional, no que respeita a empresas cotadas, e os resultados divulgados pelo FRC (2016) sobre as MRA no Reino Unido.

A segunda questão de investigação analisa o impacto da alteração das SROC no comportamento das MRA. Esta fase do estudo permitiu perceber que existe uma relação positiva entre as duas variáveis. Ou seja, quando existe uma alteração do auditor, existe uma forte possibilidade de também o número de MRA ser alterado. De facto, não só o número, mas também a alteração de categoria de MRA está relacionada com a alteração do auditor, o que pode resultar numa CLC bastante diferente comparativamente à divulgada pelo auditor anterior.

Por último, a terceira questão tinha como objetivo identificar os fatores explicativos das MRA. Assim sendo, e após a elaboração de uma análise bivariada e multivariada, chegamos à conclusão que, tanto a dimensão, como o facto de a empresa pertencer ao PSI-20, são fatores que explicam um maior número de MRA. Assim sendo, aceitamos H1 e H4, confirmando-se que a maior visibilidade das empresas de maior dimensão e as empresas pertencentes ao PSI-20 explicam um maior número de MRA reportadas.

Contudo, a H2 e H3 não foram confirmadas pelos resultados, pois concluímos que nem a rentabilidade nem o endividamento das empresas contribuem para explicar o número de MRA divulgadas.

No que se refere ao setor, e devido ao facto de as empresas portuguesas estarem muito concentradas no mesmo setor, só foi possível estudar o impacto no setor industrial e no setor de serviço ao consumidor. Desta feita, o setor industrial não apresenta correlações, nem significância na regressão, pelo que H5.1 não é aceite. Mas, a regressão linear múltipla permitiu detetar uma relação negativa entre o número de MRA e o setor de serviços ao consumidor. Significa isto que as empresas deste setor têm menos MRA divulgadas.

Relativamente a H6, apenas os resultados associados à EY apresentam significância estatística, evidenciando uma relação negativa com o número de MRA. Podemos por isso concluir que existem diferenças ao nível das *Big-Four* no que respeita a MRA divulgadas.

Estes resultados podem ser úteis quer à CMVM quer à OROC na medida em que permitem perceber a existência de diferenças significativas entre os diferentes tipos de empresas auditadas e entre as empresas de auditoria no que respeita a MRA divulgadas. É importante que essas diferenças resultem da complexidade das empresas, dos seus processos de auditoria e da experiência do auditor, e não da ocultação de MRA resultante de dificuldades dos auditores em gerir a informação a divulgar.

Relativamente às limitações do estudo realizado, realçamos que no contexto português o universo das empresas cotadas é reduzido, o que se repercutiu na reduzida dimensão da amostra. Tal condicionou a obtenção de resultados mais completos e significativos, nomeadamente ao nível do setor, podendo também explicar o não cumprimento de certos requisitos da regressão linear múltipla.

Será por isso importante, em estudos futuros, alargar a amostra às empresas não cotadas cujos auditores optaram por divulgar MRA, e aumentar os anos em estudo. Adicionalmente, sugerimos complementar as abordagens quantitativas mais usuais nestes tipos de estudos com abordagens qualitativas que procurem compreender quais as dificuldades específicas dos auditores na redação das MRA, quais os procedimentos realizados pelas empresas de auditoria para ultrapassar estas dificuldades, e quais as suas opiniões relativamente à necessidade de regulamentação adicional.

Bibliografia

ACCA, Association of Chartered Certified Accountants (2018). *Key audit matters: Unlocking the secrets of the audit*. Disponível em: <https://www.accaglobal.com/vn/en/professional-insights/global-profession/key-audit-matters.html>

Almeida, B. J. M. (2013). Independência do auditor em Portugal: o estudo teórico e empírico do remotness gap. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 10(21), 159-187.

Almeida, F. R. M. D. (2014). *Custos e benefícios da Lei Sarbanes-Oxley: O caso BPN*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica Portuguesa, Porto.

Alves, J. J. S. (2015). *Princípios e Práticas de Auditoria e Revisão de Contas*. Lisboa: Sílabo.

Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014, January). Costs and benefits of reporting Key Audit Matters in the audit report: The French experience. *In International Symposium on Audit Research*. Disponível em: https://www.isarhq.org/2014_downloads/papers/ISAR2014_Bedard_Besacier_Schatt.pdf

Chen, L., Jones, K. L., Lisic, L. L., Michas, P., Pawlewicz, R., & Pevzner, M. B. (2013). Comments by the Auditing Standards Committee of the Auditing Section of the American Accounting Association on the IAASB Proposal: Improving the Auditor's Report: Participating Committee Members and Other Contributors. *Current Issues in Auditing*, 7(1), 11-20.

Christofferson, Ebba & Gronberg, Karin (2018). *Informativeness of Key Audit Mater (KAM) Disclosures – An exploratory study of ISA 701 in Sweden*. Dissertação de mestrado. University of Gothenburg – School of Business, Economics and Law, Gothenburg.

Church, B. K., Davis, S. M., & McCracken, S. A. (2008). The auditor's reporting model: A literature overview and research synthesis. *Accounting Horizons*, 22(1), 69-90.

Coates, I. V., & John, C. (2007). The goals and promise of the Sarbanes-Oxley Act. *Journal of Economic Perspectives*, 21(1), 91-116.

Cordos, George-Silviu & Fülöp Melinda-Timea (2015). *Understanding audit reporting changes: introduction of key audit matters*. Faculty of Economics and Bussiness Administration, Babes-Bolyai University, Cluj-Napoca, Romania.

Deloitte (2016). *Clear, transparent reporting, The new auditor's report*. Disponível em : https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/governance-risk-compliance/ZA_ClearTransparentReporting_TheNewAuditorReport_072015.pdf

Dogan, Berivan & Arefaine, Bana (2017) *The implementation of Isa 701 – Key Audit Matters: Empirical evidence on auditors adjustments in the new audit report*. Master Thesis. Uppsala Universitet, Uppsala, Sweden.

EY, Ernst & Young (2015). *Key Audit Matters: what they are and why they are important*. Disponível em: https://www.ey.com/en_gl/assurance/key-audit-matters--what-they-are-and-why-they-are-important

EY, Ernst & Young. (2016) Enhanced auditor's reporting. Assurance - Special Editions. Disponível em:

<https://eclass.aueb.gr/modules/document/file.php/ODE130/Ernst%20and%20Young%20-enhanced-auditors-reporting.pdf>

FRC, Financial Reporting Council (2015) '*Extended auditor's reports – A review of experience in the first year*'. Disponível em : <https://www.frc.org.uk/getattachment/561627cc-facb-431b-beda-ead81948604e/Extended-Auditor-Reports-March-2015.pdf>

FRC, Financial Reporting Council. (2016). *Extended auditor's reports: A further review of experience*. Disponível em : <https://www.frc.org.uk/getattachment/76641d68-c739-45ac-a251-cabbfd2397e0/Report-on-the-Second-Year-Experience-of-Extended-Auditors-Reports-Jan-2016.pdf>

Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2015). Early evidence on the effects of critical audit matters on auditor liability. *Current Issues in Auditing*, 10(1), 24-33.

Gujarati, D. N. (1995). *Basic Econometrics* (3rd. ed.). Singapore: McGraw-Hill, Inc.

Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2003). The fall of Enron. *Journal of economic perspectives*, 17(2), 3-26.

Heliodoro, P. (2014). A mudança de auditor e o relatório de auditoria financeira. Dissertação de doutoramento. Universidade aberta, Lisboa.

Humphrey, C., Loft, A., & Woods, M. (2009). The global audit profession and the international financial architecture: Understanding regulatory relationships at a time of financial crisis. *Accounting, Organizations and Society*, 34(6), 810-825.

IAASB, International Auditing and Assurance Standards Board, (2015) Auditor Reporting – Key Audit Matters, IFAC. Disponível em: <https://www.iaasb.org/publications/auditor-reporting-key-audit-matters-3>

IAASB, International Auditing and Assurance Standards Board, (2016) *Auditor Reporting— Illustrative Key Audit Matters*. Disponível em: <https://www.iaasb.org/publications/auditor-reporting-illustrative-key-audit-matters-3>

IAASB, International Auditing and Assurance Standards Board, (2016) Determining and Communicating Key Audit Matters (“KAM”). Disponível em: <https://www.iaasb.org/publications/determining-and-communicating-key-audit-matters-4>

IAASB, International Auditing and Assurance Standards Board, (2017) *Auditor Reporting – A comparison Between the IAASB and the US PCAOB standards*. Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Auditor-Reporting-Summary-Comparison-between-IAASB-Standards-and-PCAOB-Standard-Table-Form.pdf>

IAASB, International Ethics Standards Board for Accountants (2013). *Handbook of the Code of Ethics for Professional Accountants*. New York. IFAC. Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/2013-IESBA-Handbook.pdf>

Jorge, S., & Armada, M. J. D. R. (2001). Factores determinantes do endividamento: uma análise em painel. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(2), 9-31.

Li, Y. (2010). The case analysis of the scandal of Enron. *International Journal of business and management*, 5(10), 37.

Lee, T.H., Ali, Md.A. & Bien, D. (2009). Towards an understanding of the audit expectation gap. *Journal of Audit Practice*, 6(1), 7-35.

Löw, E., & Mollenhauer, T. (2019). *An Empirical Analysis of Key Audit Matters in the Financial Industry*. Frankfurt School of Finance and Management, Frankfurt.

Mazars (2016). *Overview of the new auditor's audit report under the ISA's*. Disponível em: <https://www.mazars.pt/Home/Insights/Publicacoes/Mazars-Insights/Abordagem-geral-ao-novo-relatorio-de-auditoria>

Melo, A. G. P. D. (2014). *A rotação das sociedades de auditoria: estudo dos pareceres do PSI geral*. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.

PCAOB, Public Company Accounting Oversight Board (2019). *Implementation of Critical Audit Matters: The Basics*. Disponível em: https://pcaob-assets.azureedge.net/pcaob-dev/docs/default-source/standards/documents/implementation-of-critical-audit-matters-the-basics.pdf?sfvrsn=dc053da6_0

Peixoto, J. C. D. O. (2018). *Audit expectation gap e as responsabilidades do auditor na prevenção e deteção da fraude*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade do Porto, Porto.

Pereira, Â. C. (2019). *Matérias relevantes de auditoria relatadas pelas empresas cotadas na Euronext Lisbon*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica Portuguesa, Porto.

Pestana, M. H. E Gagueiro, J. N. (2003). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS (3ª Edição revista e aumentada)*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pires, A. I. M. (2008). *Impacto da Lei Sarbanes-Oxley no sistema de controlo interno das empresas cotadas nos EUA: o caso português*. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.

Prazeres, C. M. A. D. (2016). *A qualidade de auditoria e as características do auditor: evidência em Portugal*. Dissertação de Mestrado. ISCTE Business School, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2000). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of accounting and economics*, 30(3), 375-400.

Rodrigues, Ricardo. (2017). Análise de eventuais consequências e implicações relacionadas com as novas exigências de relato, decorrentes da adoção das ISA em Portugal. *Revisores e Auditores*, Abril-Junho 2017

Sahyda, R. (2019). Key Audit Matters in Enhanced Auditor's Report: Tracing Malaysia in Its First Year Implementation. *International Journal of Progressive Sciences and Technologies (IJPSAT)*, Fevereiro, 2019, 39-45

Silva, Susana. (2017). Matérias Relevantes de Auditoria – Leitura de relatórios. *Revisores e Auditores*, Julho/Setembro 2017.

Tabachnick, B. G. e Fidell L. S. (2001). *Using Multivariate Statistics. International Students Edition (4th ed.)*. Northridge: Allyn & Bacon.

Vanstraelen, A., Schelleman, C., Meuwissen, R. & Hofmann, I. (2012). The audit reporting debate: seemingly intractable problems and feasible solutions, *European Accounting Review*, 21 (2): 193-215.

Vanstraelen, A., Schelleman, C., Imba, I., & Ra, R. (2011). A framework for extended audit reporting. *Maastricht Accounting, Auditing and Information Management Research Center*. Disponível em: https://www.accaglobal.com/content/dam/acca/global/PDF-technical/audit-publications/extended_audit_reporting.pdf

Vik, C., & Walter, M. C. (2017). *The reporting practices of key audit matters in the Big five audit firms in Norway*. Dissertação Mestrado, Norwegian Business School, Oslo.